

SR. LICITANTE,

ALERTAMOS QUE DEIXAR DE ENTREGAR OU DESISTIR DA PROPOSTA, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA LICITAÇÃO, OU NÃO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, PROVOCARÁ A ABERTURA DE PROCESSO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA VISANDO A APLICAÇÃO DE SANÇÕES, INCLUSIVE O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E O DESCREDECIMENTO DO SICAF POR ATÉ 5 ANOS, NOS TERMOS DA LEI 10.520/2002 E DESTE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13 /2019

1.	OBJETO	2
2.	PARTICIPAÇÃO	3
3.	ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	5
4.	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS....	7
5.	FASE DE LANCES	7
6.	DESEMPATE RELATIVO ÀS ME, EPP OU SOCIEDADES COOPERATIVAS	8
7.	NEGOCIAÇÃO	9
8.	ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO	9
9.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
10.	MANUTENÇÃO DA PROPOSTA OFERTADA	16
11.	RECURSOS	16
12.	RETORNO DE FASE	17
13.	ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME.....	18
14.	FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	18
15.	PAGAMENTO	19
16.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
17.	ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	22
18.	DISPOSIÇÕES GERAIS	23
19.	ANEXOS DO EDITAL.....	25

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, nomeado pela Portaria nº 2.210, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, em 2 de maio de 2012, de acordo com a autorização constante do Processo nº 48500.002019/2019-02, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e sítio abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**¹,

¹Modelo de documento elaborado pela SLC/ANEEL com base em leis e normativos pertinentes, e em minutas de documentos divulgadas pela Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União/AGU. Atualização: abril/2019.

Processo: 48500.002019/2019-02

do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520 de 17 de julho de 2002, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, aos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.746, de 5 de junho de 2012, nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 5, de 27 de junho de 2014, SLTI/MPOG nº 4 de 11 de setembro de 2014, SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, à Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018 e, subsidiariamente, à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 28/8/2019

HORÁRIO: 15h (horário de Brasília/DF)

SÍTIO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 323028

E-MAIL: comprasaneel@aneel.gov.br

FAC-SÍMILE: (61) 2192-8666

CONSULTA AO ANDAMENTO DO CERTAME: por meio do Portal de Compras Governamentais, seguindo o caminho: GESTOR PÚBLICO – Consultas – Compras Governamentais - Pregões – Em andamento - Situação: Todas, Cód. UASG: 323028, e indicar o número deste pregão.

CONSULTA AO PROCESSO: por meio de cadastro no sítio da ANEEL, seguindo o caminho SERVIÇOS – CONSULTA PROCESSUAL; ou diretamente no endereço: <http://www.aneel.gov.br/consulta-processual/>.

OPERAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: dias úteis, entre 8h00/12h00 e 14h00/18h00 (horário de Brasília - DF).

1 - OBJETO

1.1 Prestação de serviços de atualização de licenças perpétuas da solução de antivírus corporativo McAfee para endpoints e ambiente de virtualização com garantia, aquisição de licenças perpétuas da solução de antivírus corporativo McAfee para ambiente de virtualização com garantia, e serviço de suporte técnico especializado por 12 (doze) meses, conforme especificações deste Edital e seus anexos.

2 - PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico entidades empresariais em funcionamento no país que desenvolvam atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação², e que estejam regularmente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Comprasnet SIASG, providos pelo sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal, do Ministério da Economia - ME³.
- 2.1.1 O interessado em participar deste Pregão deverá informar-se a respeito do funcionamento e regulamento dos sistemas e de sua correta utilização.
- 2.1.2 O acesso aos sistemas é de responsabilidade exclusiva do interessado, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à ANEEL, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do acesso indevido, ainda que por terceiros.
- 2.1.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.1.3.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.1.4 Sociedades Cooperativas participantes deverão apresentar modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.4.1 Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às sociedades cooperativas participantes quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

² A compatibilidade será comprovada por meio de contrato social, estatuto ou outro documento equivalente de constituição da entidade.

³ As orientações para credenciamento e cadastramento no SICAF estão disponíveis em <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>, bem como na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, em <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/911-in-sicaf>. O acesso aos sistemas é por meio do endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, abas SICAF e Comprasnet SIASG.

2.2 Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

- 2.2.1 Empresas que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;
- 2.2.2 Empresas suspensas pela ANEEL, impedidas de licitar e contratar com a União, que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, ou atingidas por outra vedação legal que conste do SICAF, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- 2.2.3 Empresas constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- 2.2.4 Empresas em processo de falência, sob concurso de credores ou insolvência, em dissolução ou em liquidação;
- 2.2.5 Consórcio de empresas;
- 2.2.6 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.7 Estrangeiros em geral, nos itens do certame que sejam destinados exclusivamente a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e sociedades cooperativas;
- 2.2.8 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 2.2.9 Cooperativas e Instituições sem fins lucrativos, cujos estatutos e objetivos sociais não tenham nexos com o objeto desta licitação, observando também o disposto no artigo 12 da IN nº 05/2017 - SEGES;
- 2.2.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão nº 746/2014-TCU/Plenário;
- 2.2.11 Empresas da qual servidor, de Órgão ou Entidade vinculada à ANEEL, seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
- 2.2.12 Empresas que possuam em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de deputado e/ou senador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 54 da Constituição Federal.

2.3 É vedado que:

Processo: 48500.002019/2019-02

- 2.3.1 Familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) de agente público com cargo em comissão ou função de confiança na ANEEL, preste serviços decorrentes da execução do objeto especificado neste Edital, conforme Decreto nº 7.203/2010.
- 2.3.2 Pessoa jurídica que possua administrador ou sócio com poder de direção, o qual seja familiar de agente público com cargo em comissão ou função de confiança na ANEEL (na área responsável pela contratação ou pela demanda), ou de autoridade hierarquicamente superior (em qualquer área), seja contratada para prestar serviços à Agência, conforme Decreto nº 9.507/2018.
- 2.4 Para execução do objeto deste Edital, não será admitida a subcontratação, sob qualquer pretexto ou alegação.

3 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 3.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), e subsequente envio da Proposta de Preços.
- 3.2 A Proposta de Preços deverá ser encaminhada pelo sistema eletrônico, a partir da data de liberação do Edital no Portal de Compras Governamentais até o horário-limite para o início da sessão pública, levando em conta o modelo de Proposta de Preços contido no Anexo II, e obedecendo aos seguintes procedimentos:
 - 3.2.1 Inserir o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, em algarismos e moeda nacional (R\$), compatível com o mercado, incluindo todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
 - 3.2.2 Assinalar os campos próprios do sistema referentes às declarações, os termos de concordância e condições do pregão:
 - 3.2.2.1 Caso se enquadre, Declaração, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42º ao 49º da referida Lei Complementar;
 - 3.2.2.2 Declaração de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no Edital e que atende aos requisitos de habilitação;
 - 3.2.2.3 Declaração de inexistência de fato superveniente, nos termos do art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Processo: 48500.002019/2019-02

- 3.2.2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.2.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta;
- 3.2.2.6 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.2.2.7 Declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários de sua empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- 3.2.2.8 Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 3.2.2.9 Declaração de que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
- 3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 3.4 A proposta ficará disponível no sistema eletrônico para o respectivo licitante, que poderá retirá-la ou substituí-la, até a abertura da sessão pública.
- 3.4.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 3.5 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 3.5.1 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, o licitante fica liberado dos compromissos assumidos.
- 3.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 3.7 A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadre na definição legal reservada às categorias beneficiadas configura fraude ao certame, sujeitando-o à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 3.8 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.

- 3.8.1 Independentemente do percentual de tributo previsto para a elaboração da proposta, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4 - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 4.1 A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 4.1.1 Aberturas de sessão subsequentes à primeira somente serão efetuadas em dias úteis, no período entre 8h00/12h00 e 14h00/18h00 (horário de Brasília - DF).
- 4.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 4.3 As propostas estarão disponíveis na *internet*, sem indicação do licitante.
- 4.4 O Pregoeiro fará a verificação da conformidade das propostas, e desclassificará, motivadamente, aquelas que contenham vícios insanáveis, ilegalidades, valores irrisórios, ou estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos no Edital.
- 4.5 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.5.1 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.6 Para os itens licitados em **GRUPO**, a desclassificação da proposta para um item implicará na exclusão da proposta para todo o **GRUPO**.
- 4.7 Após a verificação de conformidade das propostas, essas serão automaticamente ordenadas pelos valores ofertados, para o início da fase de lances.

5 - FASE DE LANCES

- 5.1 O Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 5.1.1 Os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 5.1.2 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado.

5.1.2.1 Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

- 5.1 O Pregoeiro poderá excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 5.2 Para os itens licitados em GRUPO, durante a fase de lances, a disputa será **POR ITEM**, e, a cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o valor total do **GRUPO**.
- 5.3 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 5.3.3 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 5.4 O Pregoeiro fixará o prazo para início do tempo de iminência, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos.
- 5.5 Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.
- 5.6 Com o término da fase de lances, será divulgada uma nova classificação das propostas.

6 - DESEMPATE RELATIVO À ME/EPP/SOCIEDADE COOPERATIVA (LC Nº123/2006) E AO DIREITO DE PREFERÊNCIA (DEC. Nº 7174/2010)

- 6.1 Neste certame será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa.
 - 6.1.3 Caso a proposta mais bem classificada não tenha sido apresentada por licitante com tais características, o sistema eletrônico promoverá seu desempate com a proposta de ME/EPP/Cooperativa até 5% superior, em consonância com os arts. 3º, 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.2 Para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248/1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174/2010.
 - 6.2.1 Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248/1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de

Processo: 48500.002019/2019-02
pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7 - NEGOCIAÇÃO

- 7.1 O Pregoeiro poderá realizar negociação com o licitante que tenha apresentado a melhor oferta, visando negociar preço final mais adequado às expectativas da Administração.
- 7.2 A negociação será registrada no sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

- 8.1 Encerrada a fase de lances, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação e da proposta, o Pregoeiro consultará as condições de participação e a regularidade do licitante melhor classificado no SICAF e nos cadastros dos órgãos de controle: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da Controladoria-Geral da União, e Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, do Tribunal de Contas da União – TCU.
- 8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
 - 8.2.1 Constatada a existência de sanção impeditiva de licitar ou contratar com Administração, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
 - 8.2.2 Constatada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas e/ou empresas com sócios em comum ou com sócios de um mesmo grupo familiar, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude ou conluio por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas e/ou no Sistema de Compras Governamentais.

- 8.3 ESTANDO REGULAR, O LICITANTE SERÁ CONVOCADO PELO PREGOEIRO PELO CHAT DO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS PARA ENVIAR À ANEEL A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO LANCE FINAL (CONFORME MODELO DO ANEXO II) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGÍVEIS (CONFORME CLÁUSULA NONA), EM ARQUIVO ÚNICO NO FORMATO DIGITAL, POR MEIO DA OPÇÃO “ANEXAR” NO SISTEMA COMPRASNET, EM ATÉ 4 (QUATRO) HORAS ÚTEIS.**
- 8.3.1 A documentação também poderá ser remetida por meio de mensagem para o endereço eletrônico licitacoes.slc@aneel.gov.br, nos casos de: solicitação do Pregoeiro, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico; nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Anexar”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.
- 8.4 A PROPOSTA DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ENVIADAS ESTÃO SUJEITAS À REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PELO PREGOEIRO, QUE NOTIFICARÁ O LICITANTE POR E-MAIL (NO ENDEREÇO ELETRÔNICO REGISTRADO NO SICAF) E/OU PELO CHAT DO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, PARA ESCLARECER DÚVIDAS, OU SOLICITAR COMPLEMENTAÇÕES DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**
- 8.4.1 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPOG n. 5/2017, que:
- 8.4.1.1 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.4.1.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.4.1.3 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4.1.4 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.4.1.4.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Processo: 48500.002019/2019-02

- 8.4.1.4.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.4.2 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.4.2.1 Para apuração da média dos preços ofertados para o item não serão consideradas as propostas e lances superiores ao preço máximo fixado para o certame.
- 8.5 O Pregoeiro *poderá* convocar o licitante pelo *chat* do Portal de Compras Governamentais para entregar pessoalmente, ou via Correios, os documentos físicos originais ou cópias autenticadas em até 3 (três) dias úteis, na sede da ANEEL, acondicionados em invólucro único, no seguinte endereço: Agência Nacional de Energia Elétrica– ANEEL/Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios/SLC – SGAN Quadra 603, Bloco J, Sala 109 – Asa Norte – Brasília /DF – CEP: 70830-110.
- 8.6 Caso o licitante não preencha as exigências de habilitação ou não atenda à convocação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7 Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço.
- 8.8 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.9 Quando da suspensão da sessão pública no Portal de Compras Governamentais, os licitantes poderão acompanhar as mensagens registradas no *chat*, por meio do acesso livre do Portal de Compras Governamentais, seguindo o caminho: GESTOR PÚBLICO – Consultas – Compras Governamentais - Pregões – Em andamento - Situação: Todas, Cód. UASG: 323028, e indicar o número deste pregão.

9 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio da análise dos documentos exigidos nas cláusulas a seguir.
- 9.1.1 O Pregoeiro realizará primeiramente consulta *on line* ao SICAF e em outros sítios de órgãos oficiais, dispensando o licitante da apresentação dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, disponibilizados nesses canais de consulta.
- 9.1.2 **Com relação à documentação disponível no SICAF**, o licitante que tiver cadastro somente no Nível I – Credenciamento, ou estiver com seu cadastro, em qualquer nível, desatualizado (certidões ou documentos vencidos ou irregulares), deverá apresentar os documentos válidos que supram tais exigências.
- 9.2 **Para habilitação jurídica:**
- 9.2.1 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.2.2 Sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.3 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 9.2.4 Sociedades por ações: contrato social ou estatuto em vigor, acompanhado pelos documentos de eleição de seus administradores;
- 9.2.5 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.2.6 Sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.2.7 Empresa estrangeira em funcionamento no país: Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 9.2.8 Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno Porte (EPP): certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove tal condição, em atenção ao artigo 72 da LC nº 123/2006.

9.2.9 Sendo optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar a devida comprovação.

9.2.10 Sociedade cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.3 Para regularidade fiscal e trabalhista:

9.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.3.2 Certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos débitos previdenciários e aos não previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União ou administrados pela Receita Federal do Brasil);

9.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

9.3.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.6.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.7 Para comprovar a regularidade fiscal da ME, EPP e das sociedades cooperativas será observado o disposto no Decreto nº 8.538/2015.

9.4 Para qualificação econômico-financeira:

9.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório de Distribuição da sede do licitante;

9.4.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (incluindo a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a comprovação de protocolo na respectiva junta comercial;

9.4.2.1 Os documentos econômico-financeiros citados nas cláusulas anteriores deverão evidenciar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)}}{\text{(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.2.2 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

9.4.2.3 Quando tratar-se de Sociedades Anônimas (S.A.) o Balanço Patrimonial deverá estar devidamente arquivado na Junta Comercial.

9.4.2.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.2.5 Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis poderão ser atualizados por índices oficiais.

9.5 Para qualificação técnica:

9.5.1 Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante forneceu solução de endpoint security

(antivírus) para, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ativos de TI, incluindo instalação e garantia.

9.5.1.1 Não serão admitidas comprovações de fornecimento de soluções de antivírus que tenham sido fornecidas integradas em appliances físicos ou virtuais de outras soluções de segurança, como por exemplo NGFW (Next Generation Firewall) ou UTM (Unified Threat Management).

9.5.2 Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante prestou suporte técnico “on-site” na solução de *endpoint security* McAfee para, no mínimo, 650 (seiscentos e cinquenta) licenças do McAfee ENS e 147 licenças do McAfee MOVE, este último instalado em plataforma VMware com NSX, por 12 (doze) meses.

9.5.1.2 Somente será aceito atestado expedido após a conclusão do contrato, ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução.

9.5.2 Os atestados apresentados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente da licitante.

9.5.3 O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser solicitado a apresentar, dentre outros documentos a cópia do contrato que deu suporte à contratação ou a informar o endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.6 Em relação às licitantes que forem sociedades cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN nº 5/2017-SEGES/MPOG:

9.6.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.6.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;

9.6.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.6.4 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

- 9.6.5 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10 - MANUTENÇÃO DA PROPOSTA OFERTADA

- 10.1 Após a abertura da sessão pública no Portal de Compras Governamentais, não poderá haver desistência da proposta ofertada.
- 10.2 O licitante que não atender convocação feita pelo Pregoeiro para apresentar proposta e/ou documentos de habilitação, será considerado **desistente**;
- 10.3 EXCEPCIONALMENTE poderá ser acatado pedido de desistência de proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pelo licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.
- 10.4 O licitante que desistir de sua proposta ficará sujeito a processo de apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções, nas condições previstas na Cláusula Décima Sexta deste Edital.

11 - RECURSOS

- 11.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, de no mínimo, 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, *manifestar sua intenção de recorrer* e apresentar os motivos das futuras razões recursais.
- 11.1.1 A motivação da intenção de recurso consiste em indicar *resumidamente* os erros de uma decisão administrativa, fazendo referência às cláusulas do Edital.
- 11.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente.
- 11.3 O licitante que tiver sua intenção aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, podendo os demais licitantes, desde logo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 11.3.1 Os recursos e as contrarrazões registrados ficarão disponíveis para consulta no sistema eletrônico.
- 11.4 A autoridade competente decidirá os recursos contra os atos do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

- 11.5 O licitante tem direito às vistas dos autos do Pregão Eletrônico a qualquer momento do certame, observado apenas o tempo de organização dos documentos para apresentação, e do acesso aos interessados, nos termos estabelecidos na Cláusula “Disposições Gerais” deste edital.
- 11.5.1 Caso o licitante entenda necessário conhecer qualquer documento do processo para a apresentação dos motivos recursais, deverá solicitar vistas e cópias antes do registro da intenção de recurso.
- 11.6 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7 Não serão conhecidos recursos interpostos após os respectivos prazos legais.
- 11.7.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12. RETORNO DE FASE

- 12.1 O retorno de fase poderá ocorrer:
- 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2 Os licitantes serão informados sobre a reabertura da sessão por meio do sistema eletrônico Compras Governamentais, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.1 **As convocações se darão unicamente por meio do chat do Portal de Compras Governamentais.**

13 - ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

- 13.1 Aceita a proposta e habilitado o licitante, o objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado pelo Pregoeiro ao vencedor do certame.
- 13.2 A homologação do certame licitatório caberá à autoridade superior.
- 13.2.1 Na hipótese de recurso avaliado pela autoridade superior, este fará a adjudicação do objeto.
- 13.3 A homologação do resultado da licitação não atribui ao vencedor o direito de ser contratado.
- 13.4 Como neste certame há adjudicação por GRUPO de itens, a aquisição somente será admitida nas seguintes hipóteses:
- 13.4.1 Aquisição da totalidade dos itens do GRUPO, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- 13.4.2 Aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.
- 13.5 Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de GRUPO adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativa ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo GRUPO.

14 - FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1 **Homologado o certame**, a ANEEL convocará o vencedor da licitação, **por e-mail ou correspondência postal com aviso de recebimento**, para assinar o contrato em sua sede, em um prazo de 5(cinco) dias úteis contados da data de recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
- 14.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer em sua sede, a ANEEL poderá encaminhar ao vencedor da licitação o contrato, por *e-mail* ou correspondência postal com aviso de recebimento, para assinatura e devolução à Agência no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da data de recebimento da convocação, mediante o atendimento dos procedimentos ali definidos.
- 14.1.2 Os prazos acima poderão ser prorrogados por mais 5(cinco) dias úteis a critério da Administração, mediante solicitação do licitante.

- 14.2 É condição prévia à contratação a regularidade do licitante convocado no SICAF, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do CNJ, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da CGU, e na Relação de Inidôneos para participarem de licitações realizadas pela Administração Pública Federal, do TCU.
- 14.2.1 A ANEEL fará consulta aos cadastros acima referidos, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 14.2.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o licitante convocado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.3 Na formalização do instrumento contratual, o licitante convocado deverá:
- 14.3.1 **Realizar inscrição no Cadastro Institucional da ANEEL**, conforme orientações e formulário disponíveis em <http://www.aneel.gov.br/cadastro-institucional>, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 804 de 06/02/2018;
- 14.3.2 **Indicar Preposto** para representá-lo durante a execução contratual (nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/93), conforme modelo do Anexo IV;
- 14.3.3 **Comprovar** possuir a especialização “McAfee Service Delivery Provider”, por meio de declaração do fabricante McAfee ou listagem no sítio eletrônico do fabricante McAfee; e
- 14.3.4 **Apresentar Garantia Financeira**, podendo ser concedido prazo para sua apresentação de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, conforme condições estabelecidas no Anexo III (Minuta do Contrato).
- 14.4 Quando o licitante convocado não assinar o contrato outro licitante poderá ser convocado, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

15 - PAGAMENTO

- 15.1 As condições de pagamento do objeto estão dispostas no Anexo III deste Edital (Minuta do Contrato).

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 16.1 Nos termos do art. 7º, da Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, o licitante/adjudicatário que cometer infrações administrativas até o momento da formalização do instrumento contratual, ficará sujeito à abertura de processo administrativo em que poderão ser aplicadas as sanções a seguir.
- 16.1.1 **Caso não assine o contrato** dentro do prazo de validade da proposta, multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta ou lance final atualizados.
- 16.1.2 **Caso provoque o retardamento do objetivo do certame**, multa diária de 1% (um por cento) do valor total da proposta, limitada ao equivalente a 10% desse mesmo total.
- 16.1.3 **Caso não mantenha a proposta** ou lance ofertado:
- 16.1.3.1 Até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), multa de 1% (um por cento) da proposta ou lance, ou de R\$ 1.000,00 (um mil reais), o que for maior.
- 16.1.3.2 Acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 16.1.3.3 Considera-se não manter a proposta comportamento que implique em desistência desmotivada da proposta, dentre outros, não atendimento à convocação para entrega de documentos de habilitação, não envio de documentos de habilitação originais ou não atendimento à diligência do Pregoeiro para análise dos documentos de habilitação.
- 16.1.4 **Caso deixe de entregar documentação necessária para a assinatura do contrato** ou Instrumento Contratual, **apresente documentação falsa, cometa fraude fiscal, ou comporte-se de modo inidôneo**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) por sua conduta.
- 16.1.4.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, ao enquadramento como ME ou EPP, ao enquadramento para efeito do Decreto nº 7.174/10 ou margem de preferência indicada em norma, à independência da proposta ou ao conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.2 Em todas as infrações acima descritas, o licitante/adjudicatário também estará sujeito à sanção de **impedimento de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos**.
- 16.3 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, ou cumulativamente, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.520/02, e no §2º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:

Processo: 48500.002019/2019-02

- 16.3.1 Provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do art. 101 da Lei nº 8.666 e art.27 do Código de Processo Penal;
- 16.3.2 Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do artigo 46 da Lei nº 8.443/92;
- 16.3.3 Instaurar processos administrativos, em face da Lei nº 12.846/13.
- 16.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, julgará as justificativas arguidas, levando em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de penalidades aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de contratar ou licitar com a Administração Pública, independentemente de seu fundamento legal, também serão registradas no Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ.
- 16.7 Sem prejuízo do andamento do processo de apuração da infração, o instrumento contratual – consideradas a urgência da necessidade pública e a gravidade da conduta apurada - poderá ter sua vigência iniciada; finda a apuração e confirmada a hipótese de condenação administrativa, o ajuste, se vigente, estará sujeito à rescisão unilateral/cancelamento.
- 16.8 Os valores das multas acima mencionadas consistem em créditos do órgão e deverão ser recolhidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da notificação do devedor por ofício, prazo este que, alcançado, representará o acréscimo de juros, multa e encargos ao principal, nos termos do art. 37-A, da Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 11.941/2009, observando-se ainda o seguinte:
- 16.8.1 Taxa de juros equivalente à utilizada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic;
- 16.8.2 Multa com limite de 20% (vinte por cento) do total do crédito do órgão; e
- 16.8.3 Ao crédito do órgão inscrito em dívida ativa acrescentar-se-á, também, a importância de 10% a título de encargo legal, previsto no §1º do art. 37-A da Lei nº 10522/2002 c/c os arts. 1º do Decreto-Lei nº1025/69, 3º do Decreto-Lei nº 1569/77 e 3º do Decreto-Lei nº1645/78. Caso seja necessário o ajuizamento da execução fiscal pertinente, este acréscimo atingirá o patamar de 20% (vinte por cento).

Processo: 48500.002019/2019-02

- 16.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.9.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.9.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.10 As sanções por infrações praticadas durante a vigência contratual estão previstas no Anexo III (Minuta do Contrato).
- 16.11 As comunicações e documentos afetos aos processos de apuração de responsabilidade administrativa serão remetidos via o e-mail apuraresp@aneel.gov.br ao licitante, para o seu e-mail cadastrado no SICAF.

17 - ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 17.1 Os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico comprasaneel@aneel.gov.br
- 17.2 As petições de impugnação poderão ser efetuadas por qualquer pessoa, física ou jurídica, em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, enviadas exclusivamente para o endereço eletrônico comprasaneel@aneel.gov.br, até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.
- 17.3 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 17.4 Acolhida impugnação contra este Edital que implique em sua modificação, tal modificação será divulgada da mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se novo prazo, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 17.5 A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

- 17.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sistema eletrônico, nos sítios www.aneel.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, e nos autos do processo licitatório.
- 17.6.1 Os esclarecimentos publicados passam a integrar as regras da licitação e seus termos devem ser obrigatoriamente considerados pelas proponentes participantes do certame.
- 17.7 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Compete à Autoridade Superior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e o revogar por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 18.2 A anulação do Pregão induz a do respectivo instrumento contratual.
- 18.2.1 O licitante não terá direito à indenização em decorrência da anulação do certame, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 18.3 Em qualquer fase da licitação o Pregoeiro ou a Autoridade Superior poderão promover diligência, feita por e-mail e/ou pelo *chat* do Portal de Compras Governamentais, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo o procedimento formalizado por despacho fundamentado, com prazo para atendimento, registro na ata de realização do Pregão Eletrônico, e disponibilização a todos os interessados.
- 18.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e sítio estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 18.5 O licitante deve acompanhar com atenção as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, e é responsável pelo ônus decorrente da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.
- 18.6 O proponente assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, independentemente da condução ou do resultado do certame, não lhe cabendo, sob pena de responsabilização nos termos da lei, desistir de proposta ou lances, pleitear qualquer alteração, alegar erros, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

- 18.7 A entrega tempestiva da documentação de habilitação e da proposta de preços é de inteira responsabilidade do licitante convocado.
- 18.8 Havendo a confirmação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira do licitante por meio do SICAF, somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais para comprovação do preenchimento de requisitos quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 18.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 18.10 Não serão aceitos documentos:
- 18.10.1 Ilegíveis;
 - 18.10.2 Em cópias simples (sem autenticação em Cartório competente ou por servidor da Administração), quando exigida a apresentação de documentos originais;
 - 18.10.3 Na forma de protocolos de entrega, ou de solicitação;
 - 18.10.4 Referentes a estabelecimento diverso daquele que executará o serviço, no caso de o licitante possuir mais de um estabelecimento comercial;
 - 18.10.5 Referentes à matriz e outros às filiais, para habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, exceto quando o próprio documento for aplicável a todos os estabelecimentos da empresa (matriz e filial).
- 18.11 Todos os documentos apresentados, se originários de outros países, deverão estar autenticados por consulado brasileiro no país de origem e, quando escritos em idioma estrangeiro, traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado, caso seja feita no Brasil, ou por pessoa ou entidade com função equivalente, caso efetuada em outro país.
- 18.12 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados na licitação, e seu conteúdo está sujeito às responsabilidades de natureza administrativa, civil e penal.
- 18.13 O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 18.14 O Pregoeiro poderá fixar prazo para o licitante sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

- 18.15 As vistas dos autos do Pregão Eletrônico poderão ser solicitadas a qualquer momento do certame, observado apenas o tempo de organização e disponibilização dos documentos a fim de permitir sua visualização.
- 18.15.1 O acesso remoto aos documentos (*on line*) deverá ser efetuado por meio de consulta ao sítio da ANEEL, seguindo o caminho SERVIÇOS – CONSULTA PROCESSUAL, ou diretamente no endereço: <http://www.aneel.gov.br/consulta-processual/>;
- 18.15.1.1 A consulta remota permite o *download* de cada documento do processo, dispensando a necessidade de solicitação de cópias. Para efetuá-la, é necessário estar cadastrado e autenticado no sítio;
- 18.15.1.2 Caso o processo ou documento desejado não esteja disponível, o interessado deverá fazer uma solicitação de cópia pela Lei de Acesso à Informação, conforme os procedimentos descritos em <http://www.aneel.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic>.
- 18.15.2 Caso prefira, o licitante também poderá optar por ter vistas dos processos na ANEEL, acompanhado por servidor público.
- 18.16 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.17 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
- 18.18 Os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais quando participarem de licitações públicas.
- 18.18.1 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art.71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

19 - ANEXOS DO EDITAL

- 19.1 Constituem anexos deste Edital os seguintes documentos:
- 19.1.1 Anexo I – Termo de Referência;

- 19.1.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- 19.1.3 Anexo III – Minuta do Contrato;
- 19.1.4 Anexo IV – Modelo de expediente para Designação de Preposto; e
- 19.1.5 Anexo V – Modelo de Termo de Garantia Técnica do Objeto.

Brasília, 15 de agosto de 2019.

(Assinado digitalmente)

UBIRATÃ BARTOLOMEU PICKRODT SOARES

Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 – TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO

1.1 **Objeto:** Atualização de licenças perpétuas da solução de antivírus corporativo McAfee para endpoints e ambiente de virtualização com garantia, aquisição de licenças perpétuas da solução de antivírus corporativo McAfee para ambiente de virtualização com garantia, e serviço de suporte técnico especializado por 12 (doze) meses, conforme as especificações do Edital e seus Anexos, e os seguintes ITENS e GRUPO:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	1	Atualização de licenças perpétuas da solução McAfee EndPoint Protection - Advanced Suite (EPA) em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ”, e garantia de 36 meses	1.300 licenças
	2	Atualização de licenças perpétuas da solução McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	200 licenças
	3	Aquisição de licenças perpétuas da solução antivírus McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	95 licenças
	4	Serviço de suporte técnico especializado por 12 meses, prorrogável até 36 meses	12 meses

1.2. **A adjudicação do objeto será:**

1.2.1. Por **ITENS** formando um único **GRUPO (Lei n.8666/1993, art. 72, e IN n. 2/2008-SLTI/MPOG, art. 3º)**: o agrupamento dos itens do objeto em um grupo único reforça o objetivo da contratação, que é garantir os princípios de segurança das informações e comunicações eletrônicas realizadas no ambiente computacional da Agência, uma vez que durante a execução contratual, a ANEEL deverá fornecer informações reservadas acerca da topologia da rede corporativa e outros detalhamentos técnicos sensíveis da infraestrutura de TI contida no Datacenter da Agência. Além disso, os itens do objeto dessa contratação guardam compatibilidade e similaridade entre si e são normalmente comercializados por empresas que os vendem na sua totalidade. Por fim, considera-se

ainda que um único fornecedor para os itens contratados ocasione uma entrega de serviços com resultados superiores à ANEEL caso comparados com serviços executados por empresas diferentes pois, conforme informado no objeto acima, os itens guardam relacionamento entre si.

II. PRAZOS:

2.1. **Vigência do instrumento contratual:** 12 (doze) meses

2.1.1. O período de vigência da garantia técnica dos ITENS do objeto deverá observar as condições estabelecidas individualmente para cada um neste Termo de Referência.

2.1.2. O Contrato poderá ser prorrogado, especificamente quanto ao ITEM 4 do objeto – Serviço de Suporte Técnico Especializado, até o limite de 36 (trinta e seis) meses.

III. BENS E/OU SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO DE TIC E VALORES ESTIMADOS

3.1. **Valor total:** duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos, composto conforme a tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	Atualização de licenças perpétuas da solução McAfee Endpoint Protection - Advanced Suite (EPA) em sua versão mais atual, com “Manutenção de Software – Gold Support”, e garantia de 36 meses	1.300 licenças	131,07	170.391,00
	2	Atualização de licenças perpétuas da solução McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de Software – Gold Support” e garantia de 36 meses	200 licenças	210,50	42.100,00
	3	Aquisição de licenças perpétuas da solução antivírus McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de Software –	95 licenças	210,50	19.997,50

		Gold Support" e garantia de 36 meses			
	4	Serviço de suporte técnico especializado por 12 meses, prorrogável até 36 meses	12 meses	1.850,00	22.200,00
VALOR TOTAL					254.688,50

IV. DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1. GRUPO 1 – ESPECIFICAÇÕES COMUNS A TODOS OS ITENS DO GRUPO

4.1.1. A entrega física de ITENS e de sua documentação técnica, quando cabível, bem como as intervenções presenciais da CONTRATADA deverão ser efetuadas na ANEEL, em Brasília-DF, nos horários compreendidos entre as 8:00 horas e 12:00 horas e das 14:00 horas às 18 horas, no endereço abaixo especificado:

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Gestão Técnica da Informação – SGI
SGAN 603, Módulo J, Térreo, Ala Oeste
CEP 70830-110
Brasília / DF

4.1.2. O licitante convocado para firmar o contrato decorrente deste Termo de Referência deverá comprovar, até a sua assinatura, ser referenciada como "McAfee Service Delivery Provider" por meio de declaração do fabricante McAfee ou listagem no sítio eletrônico do fabricante McAfee.

4.1.2.1. Uma vez que o funcionamento da solução de antivírus afeta diretamente a segurança das informações, a estabilidade e disponibilidade de todas as aplicações críticas providas internamente e para acesso pela Internet na forma de serviços públicos digitais, bem como o funcionamento de todas as estações de trabalho utilizados pelos servidores e demais colaboradores da ANEEL, não serão admitidas falhas na prestação dos serviços. Com isso, a exigência prevista acima visa assegurar que o CONTRATADO possua especialização de provedor de serviços garantido pela própria fabricante (<https://www.mcafee.com/enterprise/pt-br/partners/service-delivery-specialization.html>). Tal exigência se reflete em respostas mais ágeis e assertivas às demandas de instalação e suporte técnico decorrentes do uso dos produtos McAfee pela CONTRATANTE sobretudo no tratamento de problemas (bugs)

Processo: 48500.002019/2019-02

e incidentes de segurança (contaminação e proliferação de malwares, exploração de vulnerabilidades e outros ataques cibernéticos), quando o tempo é sempre um fator crítico na resposta, contenção e recuperação dos ativos e informações.

4.1.3. ITEM 1 - Atualização de 1.300 (um mil e trezentas) licenças perpétuas da solução McAfee Endpoint Protection - Advanced Suite (EPA) em sua versão mais atual, com “Manutenção de Software – Gold Support” e garantia de 36 meses.

4.1.3.1. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES

4.1.3.1.1. Atualização de 1.300 (um mil e trezentas) licenças da solução McAfee McAfee Endpoint Protection - Advanced Suite com garantia de atualizações de versões até 36 (trinta e seis) meses.

4.1.3.1.2. A atualização de licenças refere-se à renovação da “manutenção de software” das licenças perpétuas já adquiridas e tem como objetivo manter a solução atualizada e em perfeitas condições de operação e de uso.

4.1.3.1.3. Deverá ser fornecido um Grant Number (número de identificação) equivalente à atualização das licenças que permita fazer o download da solução antivírus completa, assim como de seus upgrades e updates.

4.1.3.1.4. Todos os componentes da solução deverão ser entregues com todos os impostos, taxas e demais custos inerentes ao fabricante e/ou distribuidor da solução, devidamente quitados.

4.1.3.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças renovadas da solução com garantia técnica do fabricante por 36 (trinta e seis) meses, compreendendo:

4.1.3.1.5.1. “Manutenção de software” das licenças perpétuas por no mínimo 36 meses, prevalecendo a garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, garantindo atualização de arquivos de características (.dat), revisões de mecanismos de varredura e novas versões de software, devendo as atualizações serem “on-line” e atualizadas automaticamente;

Processo: 48500.002019/2019-02

4.1.3.1.5.1.1. Quanto às atualizações pertinentes ao software, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado.

4.1.3.1.5.2. Suporte técnico do fabricante por no mínimo 36 meses, prevalecendo a garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, na modalidade online, dando acesso às soluções da base de dados de conhecimento, vídeos e guias sobre práticas recomendadas, alertas de malware com análise de correção, serviços de análise de malware e ferramentas de diagnóstico, bem como suporte via atendimento telefônico e/ou e-mail, com disponibilidade em regime 24 horas por dia x 7 dias por semana, por meio de ligação gratuita 0800 e/ou internet;

4.1.3.1.5.3. Disponibilização de documentação técnica original, preferencialmente em meio eletrônico, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

4.1.3.1.5.4. Disponibilização de documentação, preferencialmente em meio eletrônico, com um descritivo completo do processo de implantação de cada produto ofertado, explicações sobre o registro e uso de licenças de software, forma de acesso ao site do fabricante para download da solução antivírus completa, assim como de seus upgrades e updates.

4.1.3.1.6. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, as licenças que forem recusadas, parcial ou totalmente, caso a CONTRATANTE conclua pelo não atendimento aos requisitos exigidos neste Termo de Referência, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

4.1.3.1.7. Será de competência da CONTRATADA a instalação das licenças.

4.1.3.2. **MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

- 4.1.3.2.1. **Forma de execução:** Parcela única
- 4.1.3.2.2. **O início da execução ocorrerá com o recebimento pelo CONTRATADO do (s) seguinte (s) documento (s):**
- 4.1.3.2.2.1. Nota de empenho.
- 4.1.3.2.2.2. Contrato.
- 4.1.3.2.3. **Entrega:** a disponibilização das licenças atualizadas no console de administração da solução e entrega da carta de licenças (documento do fabricante contendo o GRANT NUMBER da CONTRATANTE, os códigos das licenças e prazo de validade) deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, seguindo os termos do Projeto de Instalação descrito abaixo.
- 4.1.3.2.4. **Instalação:** A atualização das licenças deverá ser realizada pela CONTRATADA por meio da execução de um Projeto de Instalação, com duração máxima de 30 (trinta) dias corridos após a disponibilização das mesmas, sendo que a CONTRATADA deverá ainda:
- 4.1.3.2.4.1. Submeter inicialmente o Projeto de Instalação à aprovação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a disponibilização das licenças, composto por uma documentação que contenha, no mínimo, o cronograma de execução da instalação, com as datas das etapas e prazos a serem observados na execução do projeto;
- 4.1.3.2.5. **Homologação:** Após a execução da instalação, será iniciado o período de homologação da mesma por parte da CONTRATANTE, com duração de até 15 (quinze) dias corridos;
- 4.1.3.2.5.1. Com a homologação da instalação da solução pela CONTRATANTE, a execução do projeto estará concluída, e a CONTRATADA deverá entregar o 'As Built' da solução instalada e emitir um TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO, iniciando o período de garantia técnica por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 4.1.3.2.6. **Forma de Aceite:** Parcela única
- 4.1.3.2.7. **Recebimento Provisório:** no momento de disponibilização da atualização das licenças no console da solução, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório.

Processo: 48500.002019/2019-02

- 4.1.3.2.7.1. A disponibilização das licenças atualizadas no console da solução e a entrega da carta de licenças deverão ser efetuadas ANEEL em Brasília-DF, nos horários entre 8:00 às 18:00 horas, no endereço abaixo especificado:

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Gestão Técnica da Informação – SGI
SGAN 603, Módulo J, Térreo, Ala Oeste
CEP 70830-110
Brasília / DF

- 4.1.3.2.8. **Recebimento Definitivo:** após a disponibilização das licenças atualizadas no console de gerência da solução e entrega da carta de licenças será iniciada sua homologação, com avaliação por parte da CONTRATANTE para ajustes finais, e duração de até 15 dias corridos, findo o qual será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no caso de todos os requisitos serem cumpridos.

- 4.1.3.2.8.1. Para emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE a carta de licenças da solução, em até 5 dias após a homologação, e emitir um TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO, iniciando o período de garantia técnica por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

- 4.1.3.2.9. **Forma de Pagamento:** Parcela única

- 4.1.3.2.10. O pagamento será efetuado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, obedecendo aos seguintes eventos:

- 4.1.3.2.10.1. Apresentação da nota fiscal/fatura pelo CONTRATADO à SGI/ANEEL;
- 4.1.3.2.10.2. Atestação da nota fiscal/fatura pela SGI/ANEEL em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta;
- 4.1.3.2.10.3. Pagamento pela SAF/ANEEL em até 10 (dez) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal/fatura.

- 4.1.3.2.11. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS

Processo: 48500.002019/2019-02

(CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário, deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.

- 4.1.3.2.12. O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “pro rata die”.
- 4.1.3.2.13. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado à CONTRATADA.
- 4.1.3.2.14. A ANEEL reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 4.1.3.2.15. A retenção ou glosa no pagamento ocorrerá, sem o prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 4.1.3.2.16. Obriga-se a CONTRATADA a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco dos serviços.
- 4.1.3.2.17. A CONTRATANTE poderá interromper o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo da CONTRATADA que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada.
- 4.1.3.2.18. Não havendo, porém, comprometimento, nos termos do item supracitado, de toda a nota fiscal/fatura encaminhada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que a CONTRATADA, em resposta, restabeleça as condições para o atesto.

4.1.4. ITEM 2 - Atualização de 200 (duzentas) licenças perpétuas da solução McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module, em sua versão mais atual, com “Manutenção de Software – Gold Support” e garantia de 36 (trinta e seis) meses.

4.1.4.1. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES

- 4.1.4.1.1. Atualização de 200 (duzentas) licenças da solução McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module com garantia de atualizações de versões até 36 (trinta e seis) meses.
- 4.1.4.1.2. A atualização das licenças refere-se à renovação da “manutenção de software” das licenças perpétuas já adquiridas e tem como objetivo manter a solução atualizada e em perfeitas condições de operação e de uso;
- 4.1.4.1.3. Deverá ser fornecido um Grant Number (número de identificação) equivalente à atualização das licenças que permita fazer o download da solução antivírus completa, assim como de seus upgrades e updates.
- 4.1.4.1.4. Todos os componentes da solução deverão ser entregues com todos os impostos, taxas e demais custos inerentes ao fabricante e/ou distribuidor da solução, devidamente quitados.
- 4.1.4.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças em sua última versão da solução com garantia técnica do fabricante por 36 (trinta e seis) meses, compreendendo:
- 4.1.4.1.5.1. “Manutenção de software” das licenças perpétuas por no mínimo 36 meses, prevalecendo a garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, garantindo atualização de arquivos de características (.dat), revisões de mecanismos de varredura e novas versões de software, devendo as atualizações serem “on-line” e atualizadas automaticamente;
- 4.1.4.1.5.1.1. Quanto às atualizações pertinentes ao software, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado.

4.1.4.1.5.2. Suporte técnico do fabricante por no mínimo 36 meses, prevalecendo a garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, na modalidade online, dando acesso às soluções da base de dados de conhecimento, vídeos e guias sobre práticas recomendadas, alertas de malware com análise de correção, serviços de análise de malware e ferramentas de diagnóstico, bem como via atendimento telefônico e/ou e-mail, com disponibilidade em regime 24 horas por dia x7 dias por semana, através de ligação gratuita 0800 e/ou internet;

4.1.4.1.5.3. Disponibilização de documentação técnica original, preferencialmente em meio eletrônico, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

4.1.4.1.5.4. Disponibilização de documentação, preferencialmente em meio eletrônico, com um descritivo completo do processo de implantação de cada produto ofertado, explicações sobre o registro e uso de licenças de software, forma de acesso ao site do fabricante para download da solução antivírus completa, assim como de seus upgrades e updates.

4.1.4.1.6. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, as licenças que forem recusadas, parcial ou totalmente, caso a CONTRATANTE conclua pelo não atendimento aos requisitos exigidos neste Termo de Referência, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

4.1.4.1.7. Será de competência da CONTRATADA a instalação das licenças.

4.1.4.2. **MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

4.1.4.2.1. **Forma de execução:** Parcela única

4.1.4.2.2. **O início da execução ocorrerá com o recebimento pelo CONTRATADO do (s) seguinte (s) documento (s):**

4.1.4.2.3. Nota de empenho.

4.1.4.2.4. Contrato.

Processo: 48500.002019/2019-02

- 4.1.4.2.5. **Entrega:** a disponibilização das licenças atualizadas no console de administração da solução e entrega da carta de licenças (documento do fabricante contendo o GRANT NUMBER da CONTRATANTE, os códigos das licenças e prazo de validade) deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, seguindo os termos do Projeto de Instalação descrito abaixo.
- 4.1.4.2.6. **Instalação:** A instalação da solução deverá ser realizada pela CONTRATADA por meio da execução de um Projeto de Instalação, com duração máxima de 30 (trinta) dias corridos após seu início, sendo que a CONTRATADA deverá ainda:
- 4.1.4.2.6.1. Submeter inicialmente o Projeto de Instalação à aprovação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a disponibilização da atualização das licenças, composto por uma documentação que contenha, no mínimo, o Cronograma de execução da instalação, com as datas das etapas e prazos a serem observados na execução do projeto.
- 4.1.4.2.7. **Homologação:** Após a execução da instalação, será iniciado o período de homologação da mesma por parte da CONTRATANTE, com duração de até 15 (quinze) dias corridos;
- 4.1.4.2.7.1. Com a homologação da instalação da solução pela CONTRATANTE, a execução do projeto estará concluída, e a CONTRATADA deverá entregar o 'As Built' da solução instalada e emitir um TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO (conforme modelo do Anexo V deste Edital), iniciando o período de garantia técnica por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 4.1.4.2.8. **Forma de Aceite:** Parcela única
- 4.1.4.2.9. **Recebimento Provisório:** no momento de disponibilização da atualização de licenças no console da solução, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório.
- 4.1.4.2.10. A disponibilização das licenças atualizadas no console da solução e a entrega da carta de licenças deverão ser efetuadas ANEEL em Brasília-DF, nos horários entre 8:00 e 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, no endereço abaixo especificado:

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Gestão Técnica da Informação – SGI
SGAN 603, Módulo J, Térreo, Ala Oeste
CEP 70830-110
Brasília / DF

- 4.1.4.2.11. **Recebimento Definitivo:** após a disponibilização das licenças no console de gerência da solução será iniciada sua homologação, com avaliação por parte da CONTRATANTE para ajustes finais, com duração de até 15 dias corridos, findo o qual será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no caso de todos os requisitos serem cumpridos.
- 4.1.4.2.11.1. Para emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, em até 5 dias após concluída a homologação, a carta de licenças e emitir um TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO, iniciando o período de garantia técnica por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.1.4.2.12. **Forma de Pagamento:** Parcela única
- 4.1.4.2.13. O pagamento será efetuado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, obedecendo aos seguintes eventos:
- 4.1.4.2.13.1. Apresentação da nota fiscal/fatura pelo CONTRATADO à SGI/ANEEL;
- 4.1.4.2.13.2. Atestação da nota fiscal/fatura pela SGI/ANEEL em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta;
- 4.1.4.2.13.3. Pagamento pela SAF/ANEEL em até 10 (dez) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal/fatura.
- 4.1.4.2.14. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário, deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.

Processo: 48500.002019/2019-02

- 4.1.4.2.15. O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “pro rata die”.
- 4.1.4.2.16. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado à CONTRATADA.
- 4.1.4.2.17. A ANEEL reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 4.1.4.2.18. A retenção ou glosa no pagamento ocorrerá, sem o prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 4.1.4.2.19. Obriga-se a CONTRATADA a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco dos serviços.
- 4.1.4.2.20. A CONTRATANTE poderá interromper o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo da CONTRATADA que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada.
- 4.1.4.2.21. Não havendo, porém, comprometimento, nos termos do item supracitado, de toda a nota fiscal/fatura encaminhada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que a CONTRATADA, em resposta, restabeleça as condições para o atesto

4.1.5. ITEM 3 – Aquisição de 95 (noventa e cinco) licenças perpétuas da solução McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module, em sua versão mais atual, com “Manutenção de Software – Gold Support” e garantia de 36 (trinta e seis) meses.

4.1.5.1. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES

- 4.1.5.1.1. Aquisição de 95 (noventa e cinco) licenças perpétuas da solução McAfee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module com garantia de atualizações de versões até 36 (trinta e seis) meses.
- 4.1.5.1.2. A aquisição de licenças tem como objetivo a ampliação da solução de antivírus para o ambiente de virtualização (servidores virtuais), mantendo-a atualizada e em perfeitas condições de operação e de uso por 36 (trinta e seis) meses.
- 4.1.5.1.3. Deverá ser fornecido um Grant Number (número de identificação) equivalente à aquisição das licenças, que permita fazer o download da solução antivírus completa, assim como de seus upgrades e updates.
- 4.1.5.1.4. A solução deverá ser fornecida na sua versão original, mais atualizada na época de sua entrega.
- 4.1.5.1.5. As licenças de software fornecidas deverão ser perpétuas, ou seja, com prazo indeterminado para o fim de sua vigência, e, com isso, não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais pelo seu uso, durante ou após o término do contrato.
- 4.1.5.1.6. A CONTRATANTE poderá executar e transferir os produtos licenciados, sem custo adicional, para qualquer plataforma de hardware, sistema operacional ou banco de dados suportados pelo produto.
- 4.1.5.1.7. A CONTRATANTE, nos casos de alterações na sua estrutura organizacional, poderá incorporar ou transferir os direitos de uso dos produtos licenciados, mediante comunicação à empresa CONTRATADA e providências para os ajustes contratuais necessários.
- 4.1.5.1.8. Todas as licenças e componentes que compõem a solução deverão ser entregues com todos os impostos, taxas e demais custos inerentes ao fabricante e/ou distribuidor da solução, devidamente quitados.
- 4.1.5.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças em sua última versão da solução com garantia técnica do fabricante por 36 (trinta e seis) meses, compreendendo:

Processo: 48500.002019/2019-02

- 4.1.5.1.9.1. “Manutenção de software” das licenças perpétuas por no mínimo 36 meses, prevalecendo a garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, garantindo atualização de arquivos de características (.dat), revisões de mecanismos de varredura e novas versões de software, devendo as atualizações serem on-line e atualizadas automaticamente;
- 4.1.5.1.9.1.1. Quanto às atualizações pertinentes ao software, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado.
- 4.1.5.1.9.2. Suporte técnico do fabricante por no mínimo 36 meses, prevalecendo a garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nas modalidades online, dando acesso às soluções da base de dados de conhecimento, vídeos e guias sobre práticas recomendadas, alertas de malware com análise de correção, serviços de análise de malware e ferramentas de diagnóstico, bem como suporte via atendimento telefônico e/ou e-mail, com disponibilidade em regime 24 horas por dia x 7 dias por semana, por meio de ligação gratuita 0800 e/ou internet;
- 4.1.5.1.9.3. Disponibilização de documentação técnica original, preferencialmente em meio eletrônico, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.
- 4.1.5.1.9.4. Disponibilização de documentação, preferencialmente em meio eletrônico, com um descritivo completo do processo de implantação de cada produto ofertado, explicações sobre o registro e uso de licenças de software, forma de acesso ao site do fabricante para download da solução antivírus completa, assim como de seus upgrades e updates.
- 4.1.5.1.10. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, as licenças que forem recusadas, parcial ou totalmente, caso a CONTRATANTE

conclua pelo não atendimento aos requisitos exigidos neste Termo de Referência, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

4.1.5.1.11. Será de competência da CONTRATADA a instalação das licenças.

4.1.5.2. **MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

4.1.5.2.1. **Forma de execução:** Parcela única

4.1.5.2.2. **O início da execução ocorrerá com o recebimento pelo CONTRATADO do (s) seguinte (s) documento (s):**

4.1.5.2.2.1. Nota de empenho.

4.1.5.2.2.2. Contrato.

4.1.5.2.3. **Entrega:** as licenças deverão ser disponibilizadas no console de gerência da solução em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, seguindo os termos do Projeto de Instalação descrito abaixo.

4.1.5.2.4. **Instalação:** A instalação da solução deverá ser realizada pela CONTRATADA por meio da execução de um Projeto de Instalação, com duração máxima de 30 (trinta) dias corridos após a sua disponibilização, sendo que a CONTRATADA deverá ainda:

4.1.5.2.4.1. Submeter inicialmente o Projeto de Instalação à aprovação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a entrega das licenças, composto por uma documentação que contenha, no mínimo, o cronograma de execução da instalação, com as datas das etapas e prazos a serem observados na execução do projeto:

4.1.5.2.5. **Homologação:** Após a execução da instalação, será iniciado o período de homologação da mesma por parte da CONTRATANTE, com duração de até 15 (quinze) dias corridos;

4.1.5.2.5.1. Com a homologação da instalação da solução pela CONTRATANTE, a execução do projeto estará concluída, e a CONTRATADA deverá entregar o 'As Built' da solução instalada e emitir um TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO, iniciando o período de garantia técnica por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

- 4.1.5.2.6. **Forma de Aceite:** Parcela única
- 4.1.5.2.7. **Recebimento Provisório:** no momento de disponibilização das licenças no console da solução, e entrega da carta de licenças (documento do fabricante contendo o GRANT NUMBER da CONTRATANTE, os códigos das licenças e prazo de validade), quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório.
- 4.1.5.2.8. A disponibilização das licenças no console da solução e a entrega da carta de licenças deverão ser efetuadas ANEEL em Brasília-DF, nos horários entre 8:00 e 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, no endereço abaixo especificado:
ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Gestão Técnica da Informação – SGI
SGAN 603, Módulo J, Térreo, Ala Oeste
CEP 70830-110
Brasília / DF
- 4.1.5.2.9. **Recebimento Definitivo:** após a disponibilização das licenças no console de administração da solução e instalação no ambiente de virtualização será iniciada sua homologação com avaliação por parte da CONTRATANTE para ajustes finais, com duração de até 15 dias corridos, findo o qual será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no caso de todos os requisitos serem cumpridos.
- 4.1.5.2.9.1. Para emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, em até 5 dias após concluída a entrega e a instalação, um relatório tipo “As Built” a respeito das instalações efetuadas e emitir um TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO, iniciando o período de garantia técnica por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.1.5.2.10. **Forma de Pagamento:** Parcela única
- 4.1.5.2.11. O pagamento será efetuado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, obedecendo aos seguintes eventos:
- 4.1.5.2.11.1. Apresentação da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA à SGI/ANEEL;

- 4.1.5.2.11.2. Atestação da nota fiscal/fatura pela SGI/ANEEL em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta;
- 4.1.5.2.11.3. Pagamento pela SAF/ANEEL em até 10 (dez) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal/fatura.
- 4.1.5.2.12. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário, deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.
- 4.1.5.2.13. O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “pro rata die”.
- 4.1.5.2.14. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado à CONTRATADA.
- 4.1.5.2.15. A ANEEL reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 4.1.5.2.16. A retenção ou glosa no pagamento ocorrerá, sem o prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 4.1.5.2.17. Obriga-se a CONTRATADA a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco dos serviços.
- 4.1.5.2.18. A CONTRATANTE poderá interromper o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo da CONTRATADA que comprometam a compreensão, intelecção e interpretação de toda a cobrança encaminhada.

4.1.5.2.19. Não havendo, porém, comprometimento, nos termos do item supracitado, de toda a nota fiscal/fatura encaminhada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que a CONTRATADA, em resposta, restabeleça as condições para o atesto

4.1.6. ITEM 4 – Serviço de Suporte Técnico Especializado por 12 meses, prorrogável até 36 meses

4.1.6.1. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES:

4.1.6.1.1. Serviço de suporte técnico especializado de, no mínimo, 12 (doze) meses, prorrogável até 36 meses (trinta e seis).

4.1.6.1.2. **IMPORTANTE: a execução do ITEM 4 - Serviço de Suporte Técnico Especializado - terá início apenas após o RECEBIMENTO DEFINITIVO, pela CONTRATANTE, dos ITENS 01, 02 e 03 do objeto deste Termo de Referência.**

4.1.6.1.3. O Serviço de Suporte Técnico Especializado compreenderá as atividades de Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva e de Suporte Técnico, nos termos descritos a seguir.

4.1.6.1.3.1. *Manutenção Preventiva*

4.1.6.1.3.1.1. Consiste essencialmente nos procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de erros e defeitos de forma proativa, realizando inspeções da solução a fim de garantir o seu perfeito funcionamento dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante, com duração de no mínimo 2 (duas) horas.

4.1.6.1.3.1.2. As inspeções deverão compreender a verificação de eventos de erro, coleta e avaliação de logs, atualização, realização de manutenções periódicas, verificação e inspeção geral das condições de funcionamento de seus módulos e demais componentes, dentre outros procedimentos cabíveis.

Processo: 48500.002019/2019-02

4.1.6.1.3.1.3. As inspeções deverão ser realizadas por técnico qualificado e certificado pelo fabricante da solução McAfee em uso pela CONTRATANTE.

4.1.6.1.3.1.4. A comprovação da qualificação do técnico será efetuada mediante a apresentação pela CONTRATADA das seguintes certificações emitidas pelo fabricante em nome do profissional:

4.1.6.1.3.1.4.1. Certificação McAfee Product Specialist – EPO;

4.1.6.1.3.1.4.2. Certificação McAfee Certified Product Especialist – ENS

4.1.6.1.3.1.4.3. As exigências de qualificação visam garantir que o técnico possua os conhecimentos técnicos especializados necessários para prestar suporte técnico na administração, gerenciamento e solução de problemas comprovados pela própria fabricante, provendo respostas ágeis às demandas decorrentes do uso dos produtos McAfee EPO e ENS na CONTRATANTE.

4.1.6.1.3.1.5. Até 2 dias úteis após realizar a visita “on-site” de manutenção preventiva o técnico emitirá um Relatório de Visita e encaminhará ao Gestor do Contrato para assinatura.

4.1.6.1.3.1.6. No Relatório de Visita deverá constar, obrigatoriamente, data da intervenção, a identificação do técnico que efetuou o atendimento, a informação “MANUTENÇÃO PREVENTIVA”, a descrição clara dos procedimentos de diagnósticos efetuados na solução, os resultados acerca das condições de funcionamento da solução, identificação das necessidades de melhoria com vistas a aumentar a eficiência da proteção do ambiente computacional, cobertura de instalação, atualização e comunicação dos agentes e demais componentes da solução instalados no parque, volume de utilização de licenças, os ajustes executados conforme melhores práticas recomendadas pelo fabricante.

4.1.6.1.3.2. *Manutenção Corretiva*

4.1.6.1.3.2.1. Manutenção corretiva do software (aplicativos e sistema operacional), compreendendo desinstalação, reconfiguração ou reinstalação, aplicação de atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo

Processo: 48500.002019/2019-02

com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

4.1.6.1.3.2.1.1. Não se engloba neste item o fornecimento de licenças de software.

4.1.6.1.3.2.2. As manutenções e assistência técnicas corretivas serão realizadas sempre que solicitadas de forma que estejam sempre resguardadas as instalações da ANEEL, por meio da abertura de chamado técnico;

4.1.6.1.3.2.3. Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como a anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e severidade do chamado.

4.1.6.1.3.2.4. Durante o atendimento, se a CONTRATADA constatar defeito de hardware, deverá notificar e fornecer subsídios à CONTRATANTE para que esta possa proceder o acionamento da garantia junto ao CONTRATADO responsável pela manutenção do respectivo equipamento.

4.1.6.1.3.2.5. Até 2 dias úteis após concluir a manutenção corretiva (obedecendo aos prazos estabelecidos neste documento) a CONTRATADA emitirá para cada intervenção realizada um Relatório de Visita a ser assinado pelo Gestor do Contrato.

4.1.6.1.3.2.6. No Relatório de Visita deverá constar, obrigatoriamente, a descrição clara do problema encontrado, a data e o horário em que foi aberto o chamado e executado o serviço, e os procedimentos efetuados com base nas especificações e melhores práticas recomendadas pelo fabricante, a identificação do técnico que efetuou o atendimento e a informação "MANUTENÇÃO CORRETIVA".

4.1.6.1.3.2.7. Após o início do atendimento, o tempo de solução do incidente deverá estar de acordo com os prazos definidos no item 4.1.6.1.5 - Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico, contado a partir do início efetivo de atendimento do chamado técnico.

4.1.6.1.3.2.8. Em caso de insucesso na solução do incidente entre o prazo de início de atendimento e o prazo estabelecido no cronograma para solução completa do incidente, quando cabível de acordo com o item 4.1.6.1.5 - Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, e novo cronograma para solução completa do incidente, sujeitos à aprovação pela ANEEL.

4.1.6.1.3.3. *Suporte Técnico*

4.1.6.1.3.3.1. O suporte técnico consiste essencialmente na realização de procedimentos destinados a apoiar a equipe de TIC da ANEEL na administração da solução, instalação e configuração de módulos e demais componentes, resposta a incidentes, obtenção de evidências, levantamento de informações do ambiente e esclarecimento de dúvidas.

4.1.6.1.4. Abertura de Chamados Técnicos

4.1.6.1.4.1. No atendimento aos chamados técnicos abertos deverá ser disponibilizado suporte personalizado;

4.1.6.1.4.2. As Manutenções Corretivas serão realizadas sempre que solicitadas pela ANEEL de forma que estejam sempre resguardadas as suas instalações. Serão solicitadas por meio da abertura de chamado técnico via Central de Atendimento, disponibilizada pela CONTRATADA, constituída de estrutura de pronto atendimento 24 horas por dia x7 dias por semana e equipes que entrarão em ação, a partir da abertura do chamado técnico, seguindo os prazos e procedimentos previstos no item 4.1.6.1.5 - Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico, de acordo com classificação do chamado.

4.1.6.1.4.3. As Manutenções Preventivas realizar-se-ão no período de segunda a sexta-feira no horário comercial, ou seja, de 8 horas às 18 horas, excluídos os feriados, mensalmente, em visitas de no mínimo 2 (duas) horas. As datas e horários para as visitas de manutenção preventiva serão aprovadas pela CONTRATANTE, conforme a Agenda de Inspeções Técnicas. Caberá ao Gestor do Contrato aprovar e controlar o cumprimento da agenda aprovada;

4.1.6.1.4.4. Nos casos em que se faça necessária a interferência em ambientes em operação de produção, a critério da CONTRATANTE, os serviços deverão ser executados em outros horários fora dos estipulados acima. Estes serviços deverão ser previamente agendados, com uma relação nominal dos profissionais da CONTRATADA que serão escalados, contendo identificação e horários de trabalho;

4.1.6.1.4.5. Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação do Gestor do Contrato e apresentação do Relatório de Visita, sendo que o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento.

4.1.6.1.5. Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico

4.1.6.1.5.1. Os prazos e procedimentos para atendimento a uma solicitação de Suporte Técnico a um incidente deverão estar de acordo com o estabelecido na tabela abaixo:

Nível	Classificação do chamado	Diagnóstico
1	Crítico: Serviço parado ou que possa tornar inoperante o ambiente de produção da ANEEL por inteiro, ou uma parte majoritária desta que é essencial aos negócios diários. O atendimento deverá ser "on-site" .	A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 02 (duas) horas , contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pela SGI/ANEEL. No prazo máximo de 04 (quatro) horas subsequentes ao início do atendimento do incidente a CONTRATADA deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos já adotados bem como, se for o caso, os ainda necessários para a solução completa do incidente.
2	Urgente: Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação que impacta o ambiente de produção da ANEEL. Tem como principal característica o fato de apesar de observada a degradação, os	A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 04 (quatro) horas , contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pela SGI/ANEEL.

	serviços continuam em operação. O atendimento deverá ser “on-site”.	No prazo máximo de 06 (seis) horas subsequentes ao início do atendimento do incidente a CONTRATADA deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente.
3	Rotina: Representam falhas mínimas do ambiente da ANEEL não afetando a performance, serviço ou operação ou ainda a função afetada só e usada eventualmente ou temporariamente. O atendimento poderá ser “on-site “ ou “remoto”, a critério da CONTRATANTE	A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 8 (oito) horas , contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pela SGI/ANEEL. No prazo máximo de 16 (dezesesseis) horas subsequentes ao início do atendimento do incidente a CONTRATADA deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente.
4	Programado: Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, avaliação de ambiente, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas O atendimento poderá ser “on-site “ ou “remoto”, a critério da CONTRATANTE	A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do chamado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas , contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pela SGI/ANEEL. No prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao início do atendimento do chamado a CONTRATADA deverá entregar o cronograma para a sua solução completa.

4.1.6.1.6. Relatório de Atividades do Contratado

4.1.6.1.6.1. Mensalmente o CONTRATADO elaborará um relatório sobre as atividades que executou, tomando como referência as Solicitações de Atendimento da CONTRATANTE, os Relatórios de Visita (manutenção preventiva, manutenção corretiva e suporte técnico) e o resultado apurado da efetiva prestação do serviço.

Processo: 48500.002019/2019-02

4.1.6.1.6.2. O relatório deverá ser elaborado e encaminhado à CONTRATANTE até o segundo dia útil do mês em curso, compreendendo o período entre o primeiro dia e o último dia do mês finalizado, exceto no mês de assinatura do contrato, no qual compreenderá os serviços realizados entre a data de assinatura do instrumento contratual e o último dia do mês finalizado, bem como no último mês de vigência do contrato, em que tratará do serviço prestado entre o primeiro dia deste mês e a data de vencimento do contrato.

4.1.6.1.6.3. O Relatório de Atividades do Contratado deverá conter, no mínimo:

- 4.1.6.1.6.3.1. Identificação como Relatório de Atividades do Contratado;
- 4.1.6.1.6.3.2. Data de Emissão;
- 4.1.6.1.6.3.3. Número do Contrato;
- 4.1.6.1.6.3.4. Mês/Ano de Referência;
- 4.1.6.1.6.3.5. Número de atendimentos realizados no mês referência;
- 4.1.6.1.6.3.6. Número e descrição dos chamados em aberto;
- 4.1.6.1.6.3.7. Número e descrição dos chamados concluídos;
- 4.1.6.1.6.3.8. Síntese dos serviços prestados – os chamados técnicos executados, respectiva anormalidade, severidade, descrição, tempo de início de atendimento, tempo de solução, técnico responsável, dentre outras informações;
- 4.1.6.1.6.3.9. Descrição dos incidentes e correspondentes descrições detalhadas das soluções aplicadas.

4.1.6.1.7. Relatório de Nível de Atendimento de Serviços

4.1.6.1.7.1. Mensalmente, a CONTRATANTE realizará avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados e calculará a Nota Mensal de Avaliação – NMA da CONTRATADA, considerando os pontos perdidos nas avaliações dos indicadores estabelecidos no item 4.1.6.1.8 - Níveis de Serviço.

NOTA MENSAL DE AVALIAÇÃO (NMA) = 10 – (∑ PONTOS PERDIDOS)

NMA	Glosa
NMA maior ou igual a 9,0 e menor ou igual a 9,5	Notificação à CONTRATADA

NMA maior ou igual a 8,0 e menor que 9,0	Glosa de 10% no valor do serviço prestado
NMA maior ou igual a 7,0 e menor que 8,0	Glosa de 15% no valor do serviço prestado e abertura de processo para apuração de responsabilidade administrativa
NMA maior ou igual a 6,0 e menor que 7,0	Glosa de 30% no valor do serviço prestado e abertura de processo para apuração de responsabilidade administrativa
NMA maior ou igual a 5,0 e menor que 6,0	Glosa de 40% no valor do serviço prestado e abertura de processo para apuração de responsabilidade administrativa e rescisão contratual

4.1.6.1.7.2. Caso a CONTRATADA apresente por duas vezes consecutivas o NMA menor que 9,0 ocorrerá a glosa de 10% (dez por cento) no valor dos serviços prestados, cumulativamente ao abatimento previsto na tabela acima. Caso a CONTRATADA apresente por três vezes consecutivas o NMA menor que 8,0 ocorrerá o abatimento de 30% (trinta por cento) no valor dos serviços prestados, cumulativamente ao abatimento previsto na tabela acima, além de abertura de processo para apuração de responsabilidade administrativa.

4.1.6.1.8. Indicadores de Níveis de Serviço:

4.1.6.1.8.1. Os indicadores de Nível de Serviço prestados estarão em conformidade com a tabela abaixo:

INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇOS PRESTADOS	DESCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO	RESULTADO DA AVALIAÇÃO
1-Cumprimento do prazo previsto para início de atendimento do chamado técnico	Quando da abertura de chamado técnico, este deverá ser classificado conforme o estabelecido no item 4.1.6.1.5 - Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico, observando-se os limites de prazo para o início de atendimento definidos para cada classificação.	0,5 pontos perdidos na Nota Mensal de Avaliação, para cada avaliação insatisfatória, e mais 0,1 pontos perdidos para cada fração de 1 (uma) hora, subsequentes

	Se o início de atendimento correspondente não for realizado dentro do prazo estabelecido, será considerada uma avaliação insatisfatória para cada ocorrência.	enquanto não for iniciado o atendimento.
2-Cumprimento do prazo previsto para apresentação de diagnóstico e de cronograma para solução completa do incidente	Quando da abertura de chamado técnico, este deverá ser classificado conforme o estabelecido no item item 4.1.6.1.5 - Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico, observando-se os limites de prazo para apresentação do diagnóstico e entrega do cronograma com a descrição dos procedimentos definidos para cada classificação. Se a apresentação do diagnóstico e a entrega do cronograma com a descrição dos procedimentos correspondente não for realizada dentro do prazo estabelecido, será considerada uma avaliação insatisfatória para cada ocorrência.	0,5 pontos perdidos na Nota de Avaliação Mensal, para cada avaliação insatisfatória, e mais 0,1 pontos perdidos para cada fração de 1 (uma) hora, subsequentes enquanto não for apresentado o diagnóstico e entregue o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente
3-Cumprimento do cronograma aprovado para solução completa do incidente	Mensalmente, será feito acompanhamento em cada um dos cronogramas estabelecidos conforme o item 4.1.6.1.5 - Tabela de Severidade da Solicitação de Suporte Técnico para a solução completa do incidente. Se ocorrer atraso nos cronogramas estabelecidos, sem justificativa aceita	1,0 ponto perdido na Nota de Avaliação Mensal, para cada atraso, e mais 0,1 pontos perdidos para cada fração de 1 (uma) hora, de atraso, subsequente ao prazo

	<p>pelo representante da CONTRATANTE, será considerada uma avaliação insatisfatória para cada ocorrência</p>	<p>previsto para execução do cronograma.</p>
<p>4 – Cumprimento da Agenda de Inspeções Técnicas</p>	<p>Mensalmente, será feito acompanhamento da Agenda de Inspeções Técnicas. Se ocorrer atraso ou a não realização da referida manutenção preventiva conforme acordado, sem justificativa aceita pelo representante da CONTRATANTE, será considerada uma avaliação insatisfatória para cada ocorrência.</p>	<p>1,0 ponto perdido na Nota de Avaliação Mensal, para cada atraso, e mais 0,1 pontos perdidos para cada fração de 1 (um) dia, de atraso, subsequente ao prazo previsto para execução do serviço.</p>

4.1.6.2. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO

4.1.6.2.1. **Forma de execução:** Mensal

4.1.6.2.2. **O início da execução ocorrerá com a emissão de:**

4.1.6.2.2.1. Nota de empenho.

4.1.6.2.2.2. Contrato.

4.1.6.2.3. **Forma de Aceite:** Mensal

4.1.6.2.4. **Recebimento Provisório:** com o recebimento, pela CONTRATANTE, do Relatório de Atividades do Contratado, emitido pela CONTRATADO.

4.1.6.2.5. **Recebimento Definitivo:** após a emissão do Relatório de Nível de Atendimento de Serviços pela CONTRATANTE será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

4.1.6.2.6. **Forma de Pagamento:** Mensal

4.1.6.2.7. O pagamento será efetuado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, obedecendo aos seguintes eventos:

- 4.1.6.2.7.1. Apresentação da nota fiscal/fatura pelo CONTRATADO à SGI/ANEEL;
- 4.1.6.2.7.2. Atestação da nota fiscal/fatura pela SGI/ANEEL em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta;
- 4.1.6.2.7.3. Pagamento pela SAF/ANEEL em até 10 (dez) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal/fatura.
- 4.1.6.2.8. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário, deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.
- 4.1.6.2.9. O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “pro rata die”.
- 4.1.6.2.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado à CONTRATADA.
- 4.1.6.2.11. A ANEEL reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 4.1.6.2.12. A retenção ou glosa no pagamento ocorrerá, sem o prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 4.1.6.2.13. Obriga-se a CONTRATADA a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco dos serviços.
- 4.1.6.2.14. A CONTRATANTE poderá interromper o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou a contiver erros

Processo: 48500.002019/2019-02
de preenchimento a cargo da CONTRATADA que comprometam a compreensão, intelecção e interpretação de toda a cobrança encaminhada.

4.1.6.2.15. Não havendo, porém, comprometimento, nos termos do item supracitado, de toda a nota fiscal/fatura encaminhada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que a CONTRATADA, em resposta, restabeleça as condições para o atesto

V. INSERÇÃO, TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

5.1. **Plano de inserção contratual:** no início da execução contratual, informações e infraestrutura serão disponibilizadas ao CONTRATADO pela CONTRATANTE conforme descrito abaixo:

Atividade	Prazo
Reunião inicial (de <i>kickoff</i>) entre o Gestor do Contrato, demais fiscais do contrato (Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo) e a CONTRATADA, quando esta deverá apresentar o preposto designado para a contratação, os termos de compromisso e de ciência assinados por seus empregados, e comunicar eventuais dúvidas sobre questões operacionais, administrativas e sobre o Projeto de Instalação da solução, para esclarecimentos.	Até 3 (três) dias corridos após a assinatura do Contrato

VI. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO FORMAL ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

- 6.1. Ofício.
- 6.2. E-mail.
- 6.3. Ferramenta de abertura de chamados.
- 6.4. Ata de reunião.

VII. GESTÃO DA INFORMAÇÃO, SIGILO E DIREITOS

7.1. **Confidencialidade, sigilo e segurança:** os serviços decorrentes da contratação são objeto de sigilo, não podendo a CONTRATADA, nem aos profissionais neles envolvidos, de qualquer modo tornar públicas ou conhecidas quaisquer informações relativas à infraestrutura, softwares e soluções utilizadas no ambiente computacional da ANEEL.

Processo: 48500.002019/2019-02

- 7.1.1. A CONTRATADA deverá firmar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo encaminhado pela CONTRATANTE e fazer com que seus funcionários envolvidos na execução dos serviços assinem o Termo de Ciência deste compromisso (conforme Anexos A e B deste Termo de Referência), mantendo sigilo absoluto sobre todas as informações relativas à infraestrutura, softwares, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados, com total obediência às normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, além de não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da CONTRATANTE ou a serviço desta, salvo se expressamente autorizado.
- 7.1.2. Na execução dos serviços é obrigatório o conhecimento e a observância pela CONTRATADA das normas internas da ANEEL referentes ao tema (disponíveis em <http://www.aneel.gov.br/normas-da-organizacao>).
- 7.1.3. No caso de substituição ou inclusão de empregados por parte da contratada, o preposto deverá entregar termo de ciência assinado pelos novos empregados envolvidos na execução contratual.

7.2. **Transferência do conhecimento:** A CONTRATADA deverá promover, em até 10 (dez) dias úteis após a data de emissão pela CONTRATANTE do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos ITENS 1, 2 e 3 do objeto deste Termo de Referência uma passagem de conhecimento na modalidade “hands-on” para 02 (dois) servidores nas instalações da ANEEL, de modo a torná-los aptos na administração básica da solução.

VIII. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DO GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO

8.1. A CONTRATANTE designará servidores responsáveis pelas seguintes atividades relativas ao acompanhamento da execução do objeto:

8.1.1. GESTOR DO CONTRATO:

- 8.1.1.1. Coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização do contrato;
- 8.1.1.2. Convocar e realizar a reunião inicial entre os demais fiscais do contrato (FISCAL TÉCNICO, FISCAL REQUISITANTE e FISCAL ADMINISTRATIVO) e a CONTRATADA, quando esta deverá apresentar o preposto designado para a contratação, e os termos de compromisso e de ciência assinados, e comunicar eventuais dúvidas sobre questões operacionais, administrativas e sobre o Projeto de Instalação da Solução, para esclarecimentos.
- 8.1.1.3. Autorizar a execução do Contrato mediante a emissão do documento indicado no Termo de Referência;

Processo: 48500.002019/2019-02

- 8.1.1.4. Receber a fatura correspondente, atestá-la se o objeto entregue e os valores cobrados estiverem de acordo com o contratado, e a mesma atender a forma estabelecida pela legislação vigente, e providenciar o pagamento no prazo e condições estabelecidas, efetuando glosa de valores errôneos, quando necessário.
- 8.1.1.5. Encaminhar à SAF indicações de glosas nas notas fiscais ou faturas, quando o objeto entregue e os valores cobrados estiverem em desacordo com o contratado;
- 8.1.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o instrumento contratual, comunicar formalmente e exigir da CONTRATADA as providências necessárias para sua imediata regularização, sem prejuízo das sanções e glosas cabíveis;
- 8.1.1.7. Em conjunto com o FISCAL REQUISITANTE, confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo – TRD, para fins de encaminhamento para pagamento;
- 8.1.1.8. Manter histórico de gestão do contrato, registrando por despacho no processo administrativo da contratação quaisquer desvios na execução contratual, indicando dia, mês, ano, empregados da CONTRATADA eventualmente envolvidos, ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos, e dar ciência a seu superior hierárquico;
- 8.1.1.9. Notificar a CONTRATADA sempre que a mesma descumprir qualquer condição pactuada, bem como diante de ocorrências ou de circunstâncias notadas durante a fiscalização que possam prejudicar a execução, solicitando as providências necessárias;
- 8.1.1.10. Monitorar os prazos de execução e de vigência contratual, inclusive no tocante aos procedimentos administrativos internos exigidos para sua continuidade ou encerramento.
- 8.1.1.11. Monitorar a execução financeira do contrato, mediante o controle de pagamentos efetuados e do recurso orçamentário, visando dar cumprimento ao cronograma financeiro.
- 8.1.1.12. Com base no histórico de gestão do contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, encaminhar nota técnica à SLC, acompanhada da documentação necessária para tal procedimento, sobre procedimentos relativos à execução do objeto contratual, em especial quanto à proposição de sanções devido a descumprimentos de obrigações, alterações, prorrogações e rescisões, repactuações e reajustes, motivando e fundamentando seu entendimento favorável ou desfavorável da questão.

8.1.1.13. No caso de alteração contratual (aditamento), encaminhar a documentação com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do término do contrato.

8.1.1.14. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente;

8.1.1.15. Formalizar solicitação de atendimento extraordinário de acordo com o pactuado.

8.1.2. FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO:

8.1.2.1. Fiscalizar o contrato do ponto de vista tecnológico da solução de tecnologia de informação;

8.1.2.2. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório - TRP, quando da entrega do objeto resultante de cada Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;

8.1.2.3. Em conjunto com o FISCAL REQUISITANTE, avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;

8.1.2.4. Em conjunto com o FISCAL REQUISITANTE, identificar não conformidades com os termos contratuais e comunicar, formalmente, ao Gestor do Contrato;

8.1.2.5. Em conjunto com o FISCAL ADMINISTRATIVO, verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica;

8.1.2.6. Apoiar o FISCAL REQUISITANTE na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

8.1.2.7. Verificar a manutenção das condições definidas no Modelo de Execução e Gestão.

8.1.3. FISCAL REQUISITANTE DO CONTRATO:

8.1.3.1. Fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da solução de tecnologia de informação.

8.1.3.2. Em conjunto com o FISCAL TÉCNICO, avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;

Processo: 48500.002019/2019-02

- 8.1.3.3. Em conjunto com o FISCAL TÉCNICO, identificar não conformidades com os termos contratuais e comunicar, formalmente, ao Gestor do Contrato;
- 8.1.3.4. Em conjunto com o GESTOR DO CONTRATO, confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo - TRD para fins de encaminhamento para pagamento;
- 8.1.3.5. Com apoio do FISCAL TÉCNICO, verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- 8.1.3.6. Verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e Gestão.

8.1.4. **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:**

- 8.1.4.1. Fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;
- 8.1.4.2. Verificar aderência aos termos contratuais;
- 8.1.4.3. Em conjunto com o FISCAL TÉCNICO, verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica;
- 8.1.4.4. Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

8.2. O acompanhamento e fiscalização do contrato pelos servidores designados pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e nem implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.

Anexo A do Termo de Referência - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

A **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL** sediada em Brasília – DF, SGAN 603, Módulo “j”, CEP: 70.830-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a (NOME DA EMPRESA), sediada em (ENDEREÇO), CNPJ n.º (CNPJ), doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º **XX/2018** doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a **informações sigilosas** do CONTRATANTE;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas **informações sigilosas**, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;
CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE (Norma de Organização da ANEEL nº 012 disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/prt20153522.pdf>);
Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita,

Processo: 48500.002019/2019-02

verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos

documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMO e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

Processo: 48500.002019/2019-02

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, será incorporado a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Brasília onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____

De Acordo

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome

Nome

Matrícula:

(Qualificação)

Anexo B do Termo de Referência-Termo de Ciência de Manutenção de Sigilo para Colaboradores

Contrato nº:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as Normas de Segurança da Informação vigentes na Contratante (Norma de Organização da ANEEL nº 12 disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/prt20153522.pdf>).

_____, _____ de _____ de 20____.

Ciência

CONTRATADA

Funcionários

Nome
CPF:

Nome
CPF:

Nome
CPF:

Nome
CPF:

ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019– MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL**

Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, com os quais concordamos plenamente, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, válida por 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a entrega da mesma. O preço ofertado abaixo é firme e irrevogável durante o prazo de validade, e inclui todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

O valor total estimado de nossa proposta para a prestação de serviços de **ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS PERPÉTUAS DA SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO MCAFEE PARA ENDPOINTS E AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO COM GARANTIA, AQUISIÇÃO DE LICENÇAS PERPÉTUAS DA SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO MCAFEE PARA AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO COM GARANTIA, E SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO POR 12 (DOZE) MESES**, conforme os seguintes ITENS e GRUPO, e as especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2019 e seus Anexos, é de R\$ _____ (por extenso), definido conforme abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	Atualização de licenças perpétuas da solução Mcafee EndPoint Protection - Advanced Suite (EPA) em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	1.300 licenças		
	2	Atualização de licenças perpétuas da solução Mcafee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	200 licenças		
	3	Aquisição de licenças perpétuas do antivírus Mcafee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão	95 licenças		

		mais atual, com “Manutenção de Software – Gold Support” e garantia de 36 meses			
	4	Serviço de suporte técnico especializado por 12 meses, prorrogável até 36 meses	12 meses		
PREÇO GLOBAL					R\$

(Local), de de 2019.

 (Representante Legal) - (RG e CPF)
 (Nome da Empresa)
 (Endereço) - (e-mail, telefone, *FAC-SÍMILE*)

ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2019-ANEEL

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA –
ANEEL E A _____, PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE _____.**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**, com sede na cidade de Brasília – DF, SGAN 603, Bloco “J”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, nomeado pela Portaria nº ____, de _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, de acordo com delegação de competência que lhe foi atribuída no art. 1º da Portaria nº 4.814, de 21 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2017, e de outro lado, _____, doravante denominada **CONTRATADO**, inscrita no CNPJ/MF nº _____, estabelecida na _____, representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, e em observância ao disposto na Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520 de 17 de julho de 2002, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, aos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.746, de 5 de junho de 2012, nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 5, de 27 de junho de 2014, SLTI/MPOG nº4 de 11 de setembro de 2014, SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, à Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018 e, subsidiariamente, à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com as respectivas alterações posteriores, e demais normas que regem a espécie, resolvem celebrar o presente Contrato, pelas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente Contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS PERPÉTUAS DA SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO MCAFEE PARA ENDPOINTS E AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO COM GARANTIA, AQUISIÇÃO DE LICENÇAS PERPÉTUAS DA SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO MCAFEE PARA AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO COM GARANTIA, E SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO POR 12 (DOZE) MESES**, conforme especificações do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2019 e seus Anexos, e os seguintes ITENS e GRUPO:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	1	Atualização de licenças perpétuas da solução Mcafee EndPoint Protection - Advanced Suite (EPA) em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ”, e garantia de 36 meses	1.300 licenças
	2	Atualização de licenças perpétuas da solução Mcafee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	200 licenças
	3	Aquisição de licenças perpétuas da solução antivírus Mcafee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	95 licenças
	4	Serviço de suporte técnico especializado por 12 meses, prorrogável até 36 meses	12 meses

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 2.1 A execução do objeto deve obedecer ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº _____.
- 2.1.1 Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 e seus Anexos;
- 2.1.2 Propostas e documentos firmados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1 O objeto será fornecido sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos da Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1 O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados do dia ____/____/____ (data de assinatura do contrato), até ____/____/____.
- 4.2 O Contrato poderá ser prorrogado, especificamente quanto ao ITEM 4 do objeto – Serviço de Suporte Técnico Especializado, até o limite de 36 (trinta e seis) meses.
- 4.2.1 As prorrogações da vigência somente serão efetivadas desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:
- 4.2.1.1 Exista autorização formal da autoridade competente;
- 4.2.1.2 O processo administrativo seja instruído com documento que discorra sobre a execução do contrato, demonstre formalmente que os serviços têm natureza continuada e foram prestados regularmente pelo CONTRATADO, e apresente as justificativas e motivos da ANEEL para a manutenção do serviço;
- 4.2.1.3 Seja assegurado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 4.2.1.4 Exista manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 4.2.1.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 4.2.2 No caso de eventual prorrogação do contrato após o término do primeiro ano de sua vigência, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, conforme determina o art. 1.2 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da execução deste Contrato neste exercício financeiro correrão por conta do orçamento específico da:

Agência Nacional de Energia Elétrica

Programa de Trabalho:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Empenho de Despesa: nº _____, de ____/____/2019.

5.2 No exercício seguinte, subordinado à disponibilidade orçamentária, as despesas autorizadas para este Contrato correrão à conta de créditos e empenhos específicos que serão indicados por meio de Termo de Apostilamento e/ou Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1 Manter-se durante a vigência do contrato habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas.
- 6.2 Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, garantindo a qualidade da prestação e sua aderência às condições pactuadas e à legislação vigente.
- 6.3 Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos e custos necessários à perfeita execução do objeto contratado, conforme as normas vigentes, sendo que a Administração não poderá ser responsabilizada por eventuais descumprimentos de encargos assumidos pelo CONTRATADO.
- 6.4 Responsabilizar-se por quaisquer demandas trabalhistas, penais e civis, movidas por seus empregados ou terceiros contra a CONTRATANTE, relacionadas à execução do presente contrato.
- 6.5 Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento da legislação específica, em caso de acidente do trabalho ocorrido nas dependências da CONTRATANTE, com qualquer de seus empregados, vinculados à execução do objeto contratado.

- 6.6 Responsabilizar-se pela adequada utilização e restituição, nas mesmas condições que lhe foram entregues, de todas as dependências, materiais, instalações, equipamentos, ferramentas e utensílios, disponibilizados pela CONTRATANTE.
- 6.7 Responsabilizar-se, sem prejuízo da execução contratual, pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às suas expensas, dos danos (inclusive bens extraviados) causados por seus empregados, comprovadamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais.
- 6.8 Dar ciência sobre quaisquer operações societárias que resultem em fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, bem como de alteração de seu objeto social, por escrito, à CONTRATANTE, para avaliação e anuência expressa desta quanto à continuidade da relação contratual, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica que eventualmente sucedê-la todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação, e, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- 6.9 Executar o objeto em rigorosa observância a todas as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.
- 6.10 Não ceder direitos ou subcontratar o objeto do contrato.
- 6.11 Não caucionar ou utilizar o instrumento contratual para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual.
- 6.12 Não vincular o pagamento de salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento de faturas emitidas em nome da ANEEL.
- 6.13 Conhecer, e cumprir, por si e por seus empregados e prepostos, todas as normas legais aplicáveis ao objeto do contrato, bem como às diretrizes e normas organizacionais da CONTRATANTE, especialmente, aquelas relativas à segurança (Norma de Organização da ANEEL nº 12 e 15, Instruções Administrativas 001 e 002 de 2015-SGI, Anexos A e B do Anexo I do Edital), sigilo e veiculação de informações e o Código de Ética da ANEEL.
- 6.14 Fornecer o objeto do contrato em rigorosa observância às especificações do Termo de Referência, em especial os requisitos de origem, qualidade, quantidade, validade e prazos de entrega.
- 6.15 Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme estabelecido no Edital e seus anexos;
- 6.16 Ceder à CONTRATANTE, nos termos estabelecidos no edital e seus anexos, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os

diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados.

- 6.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.18 Providenciar a substituição ou a correção no prazo indicado no Anexo I do Edital, a partir da notificação pela ANEEL, de objeto recusado por estar em desacordo com às especificações pactuadas;
- 6.19 Comunicar à ANEEL, por escrito e tempestivamente, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas que possam prejudicar a execução, ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;
- 6.20 Não veicular publicidade ou divulgar qualquer outra informação acerca desta contratação, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 6.21 Quando cabível, promover a transição contratual repassando ao novo CONTRATADO a tecnologia, técnicas e metodologias de trabalho utilizadas, sem perda de informação, e de continuidade dos trabalhos;
- 6.22 Indicar e manter preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE durante a execução contratual, de fácil acesso ao GESTOR DO CONTRATO, responsável pela solução de problemas em tempo hábil, tomada de providências ou reuniões necessárias, e, quando cabível, incumbir-se de receber as orientações, diligências, encaminhar, responder e decidir as principais questões técnicas, legais e administrativas, relacionadas às disposições contratuais.
- 6.23 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 6.24 Observar e atender às normas específicas, que sejam relacionadas à execução do objeto contratual, emitidas, dentre outros, por:
 - 6.24.1 Órgãos públicos responsáveis pela emissão de autorização, alvarás e permissões;
 - 6.24.2 Conselhos profissionais e de classe;
 - 6.24.3 Órgãos oficiais de controle de qualidade e metrologia;
 - 6.24.4 Órgãos emissores de normas técnicas (ABNT).
- 6.25 Sujeitar-se a necessária fiscalização da execução do contrato, atendendo plenamente às solicitações e prestando os esclarecimentos à CONTRATANTE.

- 6.26 Selecionar, treinar e apresentar profissionais adequadamente qualificados e capacitados para desempenhar satisfatoriamente as atividades contratadas, de acordo com o previsto no Anexo I do Edital.
- 6.27 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- 6.28 Providenciar a retirada imediata, quando exigido pela CONTRATANTE, de empregado cuja idoneidade, capacidade, atuação, permanência, e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, ou entendidos como inadequados à prestação dos serviços, substituindo-o no prazo de até 24 horas.
- 6.29 Proceder ao atendimento extraordinário, quando necessário, e de acordo com o estipulado no edital, mediante a devida formalização da solicitação pela CONTRATANTE.
- 6.30 Providenciar, quando cabível, os equipamentos de segurança e de instalação necessários, bem como a devida identificação dos seus empregados designados para a execução do objeto contratual;
- 6.31 Orientar seus empregados a não utilizar dependências, materiais, instalações, equipamentos, ferramentas e utensílios da CONTRATANTE para uso particular.
- 6.32 Responsabilizar-se pelos ônus de amostras, ensaios, testes e demais provas técnicas exigidas para a boa execução do objeto contratual, salvo disposições contrárias do instrumento convocatório ou da legislação pertinente.
- 6.33 Manter a garantia técnica e/ou financeira, quando cabível, nas condições pactuadas, visando o cumprimento de suas obrigações com relação a tais seguros.
- 6.34 Transmitir à CONTRATANTE, irrestritamente, os direitos patrimoniais dos produtos resultantes da contratação, incluindo a entrega de todos os dados, documentos, e elementos de informação pertinentes à sua concepção, desenvolvimento e aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Exigir do CONTRATADO que permaneça habilitado e apto a cumprir todas as obrigações pactuadas durante a vigência do contrato.
- 7.2 Disponibilizar ao CONTRATADO os elementos, informações e/ou esclarecimentos necessários à prestação do objeto nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

- 7.3 Realizar o pagamento no prazo e condições estabelecidas, após atesto das notas fiscais pelo GESTOR DO CONTRATO.
- 7.4 Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, sob pena de instauração de processo de responsabilidade administrativa.
- 7.5 Notificar ao CONTRATADO a instauração de processos para apuração de responsabilidade administrativa, decidir e aplicar sobre ele as sanções administrativas previstas no Edital e seus anexos, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 7.6 Verificar e acionar a garantia técnica e/ou financeira, exigindo do CONTRATADO, nos termos pactuados, o cumprimento de suas obrigações com relação a tais seguros.
- 7.7 Informar ao CONTRATADO quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.8 Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados, conforme legislação aplicável.
- 7.9 Designar os seguintes servidores (agentes da administração) como responsáveis por atividades específicas no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato:
 - 7.9.1 Gestor do contrato;
 - 7.9.2 Fiscal Técnico do Contrato;
 - 7.9.3 Fiscal Requisitante do Contrato; e
 - 7.9.4 Fiscal Administrativo do Contrato.
- 7.10 Encaminhar formalmente a demanda nos termos pactuados;
- 7.11 Providenciar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratual, nos termos da cláusula específica de recebimento, respeitada a Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1 A Superintendência de Gestão Técnica da Informação – SGI/ANEEL designará para acompanhar e fiscalizar este Contrato um gestor titular e seu substituto, bem como fiscais, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Portaria ANEEL nº 1.679/2011, Decreto nº 9.507/2018, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4/2014 e Termo de Referência do objeto.
- 8.2 A fiscalização que trata o parágrafo anterior não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de

qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais (art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS

9.1 Para os devidos fins legais, o valor total estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), definido conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	Atualização de licenças perpétuas da solução Mcafee EndPoint Protection - Advanced Suite (EPA) em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ”, e garantia de 36 meses	1.300 licenças		
	2	Atualização de licenças perpétuas da solução Mcafee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	200 licenças		
	3	Aquisição de licenças perpétuas da solução antivírus Mcafee MOVE Antivirus for Virtual Servers Module , em sua versão mais atual, com “Manutenção de <i>Software – Gold Support</i> ” e garantia de 36 meses	Aquisição de 95 licenças		
	4	Serviço de suporte técnico especializado por 12 meses, prorrogável até 36 meses	12 meses		
VALOR TOTAL					R\$

9.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.3 Os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas;

- 9.3.1 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art.71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1 Para os ITENS 1, 2 e 3 do objeto, o **RECEBIMENTO** dos serviços pela **CONTRATANTE** será nos seguintes termos:

10.1.1 **Recebimento provisório:** pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, em até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato, com a disponibilização das licenças e entrega da carta de licenças pelo CONTRATADO, e obedecendo as demais condições especificadas no Anexo I do Edital.

10.1.2 **Recebimento Definitivo:** pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, em até 15 (quinze) dias, após conclusão do Projeto de Instalação e a homologação das licenças, com a verificação da conformidade da execução aos requisitos do Termo de Referência, proposta, qualidade/quantidade, emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) e o Atesto dos Serviços Prestados, e obedecendo as demais condições especificadas no Anexo I do Edital.

10.2 Para o ITEM 4 do objeto, o **RECEBIMENTO** dos serviços pela **CONTRATANTE** será nos seguintes termos:

10.2.1 **Recebimento provisório:** pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, até o segundo dia útil do mês, com a emissão, pelo CONTRATADO, do Relatório de Atividades do Contratado referente ao mês anterior, e obedecendo as demais condições especificadas no Anexo I do Edital.

10.2.2 **Recebimento Definitivo:** pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, com a emissão do Relatório de Nível de Atendimento de Serviços pela CONTRATANTE, com a verificação da conformidade da execução aos requisitos do Termo de Referência, proposta, qualidade/quantidade,

Processo: 48500.002019/2019-02
emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) e o Atesto dos Serviços Prestados, e obedecendo as demais condições especificadas no Anexo I do Edital.

- 10.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 10.4 Na hipótese de a verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório e o definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, após o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços prestados (de acordo com a Cláusula Décima deste Contrato), em PARCELA ÚNICA, para os itens 1, 2 e 3 do objeto, e em PARCELAS MENSAIS, para o ITEM 4 do objeto, obedecendo aos seguintes eventos:
- 11.1.1 Apresentação da nota fiscal pelo CONTRATADO à SGI/ANEEL (Gestor do Contrato);
 - 11.1.2 Atesto da nota fiscal pela SGI/ANEEL (Gestor do Contrato) em até 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento desta;
 - 11.1.3 Pagamento pela SAF/ANEEL em até 5 (cinco) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal.
- 11.2 A Nota Fiscal deverá ser apresentada pelo CONTRATADO no valor exato autorizado pela CONTRATANTE, quando do RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.
- 11.3 Antes de cada pagamento ao CONTRATADO, será realizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.4 O CONTRATADO deverá manter registro atualizado no SICAF, e para efeito de pagamento das notas fiscais, as Certidões Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deverão estar válidos perante o SICAF, caso contrário, deverão ser apresentados tais documentos com prazos válidos.

- 11.5 Caso a ANEEL constate a irregularidade do CONTRATADO junto ao SICAF, o notificará, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 11.5.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANEEL:
- 11.5.1.1 Oficiará os órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos; e
- 11.5.1.2 Persistindo a irregularidade, adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 11.5.1.2.1 Será rescindido o contrato em execução com o Contratado irregular no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.5.2 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos da parte incontroversa serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
- 11.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.7 O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “*pro rata die*”.
- 11.8 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado ao CONTRATADO.

- 11.9 A ANEEL reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 11.10 São hipóteses de glosa nos pagamentos as situações indicadas abaixo, caso não estejam previstas em Acordo de Nível de Serviço ou instrumento equivalente:
- 11.10.1 Cotação de tributo em percentual maior que o adequado, segundo as regras do edital;
 - 11.10.2 Inexecução parcial ou total das atividades contratadas;
 - 11.10.3 Não produção dos resultados contratados;
 - 11.10.4 Não execução do contrato com a qualidade mínima exigida;
 - 11.10.5 Não utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou a utilização dos mesmos com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
 - 11.10.6 Equívocos no dimensionamento dos quantitativos da proposta que se revelem superiores às necessidades da Administração, quando detectados em momento ulterior aos recebimentos provisório e definitivo da contratação.
 - 11.10.7 Custos não renováveis já pagos ou amortizados que não foram eliminados quando da prorrogação contratual.
- 11.11 O processamento das glosas não impede a instauração concomitante de procedimento para aplicação de sanção administrativa, conforme a Cláusula Décima Quinta deste Contrato.
- 11.12 Obriga-se o CONTRATADO a apresentar documentos de cobrança claros, com critérios transparentes, de forma a facilitar o atesto inequívoco dos serviços.
- 11.13 A CONTRATANTE poderá interromper o prazo do processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a Nota Fiscal estiver em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo do CONTRATADO que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada.
- 11.13.1 Não havendo, porém, comprometimento, nos termos do item supracitado, de toda a Nota Fiscal encaminhada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento do valor correspondente à parcela incontroversa, permanecendo interrompido o prazo para a parte da cobrança que apresenta problemas, até que o CONTRATADO, em resposta, restabeleça as condições para o atesto.

- 11.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.
- 11.15 As notas fiscais deverão ser emitidas pelo CONTRATADO por meio eletrônico, visando a adequação aos procedimentos internos da ANEEL.
- 11.16 É vedado o pagamento, a qualquer título, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, devendo a Administração verificar se o SICAF acusa o referido vínculo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- 12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, e do Anexo X da IN SEGES/MPOG nº 05/2017.
- 12.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo para a execução dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, de acordo com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
- 12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

- 13.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do CONTRATADO, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, na forma descrita abaixo, o valor consignado neste Contrato para o ITEM 4 do Objeto poderá ser reajustado mediante a aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação - ICTI, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, por meio da aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir de:

13.2.1 Para o primeiro reajuste, de ___/___/____, data limite para apresentação da proposta constante do ato convocatório;

13.2.2 Para os reajustes subsequentes ao primeiro, a cada aniversário de dois ou mais anos da data citada no item anterior.

13.3 O prazo para o CONTRATADO solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

13.3.1 Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste.

13.3.2 Na hipótese de, na data da prorrogação contratual, ainda não ter sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, ou ainda não ter sido possível à CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, será inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

13.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6 Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

13.6.1 A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;

13.6.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

13.7 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

13.8 Na ocasião da celebração do termo que autorizará o reajuste, o CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção em relação ao valor contratado, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPOG nº 5/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 O Contrato poderá ser rescindido, por ato unilateral e escrito da Administração, sem prejuízo das demais sanções do contrato ou do instrumento convocatório, em caso de:

14.1.1 Hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei;

14.1.2 Mora, sem prejuízo das multas aplicáveis, que evolui em intensidade e se resolve em inadimplemento total da obrigação;

14.1.3 Caracterização da insolvência do CONTRATADO com envolvimento comprovado em protesto de títulos e emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos ou outro fato semelhante que represente risco à sua saúde financeira.

14.1.4 Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo fixado para apresentação da garantia de execução do contrato;

14.1.5 Falta de manutenção das condições de habilitação e qualificação, exigidas no instrumento convocatório e/ou contrato;

14.1.6 Desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, de acordo com as regras previstas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, quando previsto na contratação.

14.2 O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e não tenha ocorrido nenhuma das hipóteses previstas para a rescisão unilateral da avença, conforme os termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

14.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5 O termo de rescisão será precedido por nota técnica emitida pelo Gestor, com aprovação da autoridade superior, cujo conteúdo deverá apresentar:

14.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- 14.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.5.3 Relação dos processos de apuração de responsabilidade administrativa instaurados, e de indenizações e multas conferidas.
- 14.6 Não havendo culpa do CONTRATADO a rescisão poderá ser acompanhada, no que couber, do ressarcimento de prejuízos comprovadamente suportados pelo CONTRATADO, da devolução da garantia, do pagamento pela execução até a rescisão e cobertura do custo de desmobilização.
- 14.7 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o CONTRATADO que:
 - 15.1.1 Não executar totalmente ou executar parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3 Cometer fraude de qualquer tipo na execução do contrato;
 - 15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 15.1.5 Cometer fraude fiscal.
- 15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:
 - 15.2.1 **Advertência**, nas situações que merecem reprovação branda por parte da Administração, como também alerta do rigor da fiscalização e da possibilidade de penalização mais gravosa, em caso de reincidência;
 - 15.2.2 **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:
 - 15.2.2.1 **Multa moratória** diária de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do contrato (considerando-se, para os ITENS 1, 2 e 3 do objeto, o valor total do ITEM; e, para o ITEM 4 do objeto, o valor mensal do ITEM), limitado ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) desse montante;

15.2.2.2 Multa compensatória:

15.2.2.2.1 De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.2.2.2 Até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ITEM, no caso de inexecução parcial do objeto, aplicada proporcionalmente à gravidade do inadimplemento, conforme tabela:

GRAVIDADE DO INADIMPLEMENTO	PERCENTUAL DA MULTA COMPENSATÓRIA
MUITO LEVE	2 %
LEVE	5 %
MÉDIA	8 %
GRAVE	15 %
MUITO GRAVE	20%

15.2.2.2.2.1 Com relação às ocorrências abaixo, fica prefixada a gravidade do inadimplemento, em concordância com o percentual de multa compensatória apresentado na tabela anterior:

OCORRÊNCIA	GRAVIDADE	INCIDÊNCIA
Não iniciar os serviços de garantia e manutenção, a contar da data de disponibilização para uso efetivo inicial das licenças que compõem a solução de rede de acordo com as especificações (entende-se por disponibilização para uso efetivo a data em que todos os componentes da solução estejam instalados, homologados e prontos para efetiva utilização pela CONTRATANTE).	GRAVE	Valor do ITEM
Atrasar a entrega das mídias e documentação originais referentes aos componentes da solução de rede.	LEVE	Valor do ITEM
Não fornecer todos os componentes da solução necessários à instalação, à configuração e ao perfeito funcionamento da totalidade dos módulos contratados	MÉDIA	Valor do ITEM
Não instalar todos os componentes da solução, bem como realizar suas configurações, devendo ser comprovada a conectividade e a interoperabilidade da solução com os	MUITO GRAVE	Valor do ITEM

componentes da rede da CONTRATANTE		
Não apresentar todos os produtos de acordo com normas e padrões técnicos compatíveis, claros, completos e suficientemente detalhados, a fim de permitir o seu perfeito entendimento e utilização.	MÉDIA	Valor do ITEM
Divulgar informações sobre os trabalhos executados à terceiros	GRAVE	Valor do ITEM
Não prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.	GRAVE	Valor do ITEM
Não responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, sem proceder imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e ônus decorrentes.	GRAVE	Valor do ITEM
Não disponibilizar, a partir da assinatura do contrato, preposto encarregado do seu gerenciamento.	LEVE	Valor do ITEM
Infringir a Norma Organizacional ANEEL nº 15, de 15 de julho de 2004, que regulamenta o trato de informações classificadas como reservadas pela CONTRATANTE.	MUITO GRAVE	Valor do ITEM
Infringir a Política de Segurança da Informação da Agência (Norma de Organização de ANEEL nº 012)	MUITO GRAVE	Valor do ITEM
Não assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços.	MUITO GRAVE	Valor do ITEM
Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado.	GRAVE	Valor do ITEM
Não prestar a garantia técnica mínima de 36 (trinta e seis) meses, contra qualquer defeito que a solução possa apresentar, excluídos os defeitos ocasionados por mau uso.	MUITO GRAVE	Valor do ITEM
Não corrigir defeitos de fabricação ou de projeto, ou não fornecer novas versões e atualizações de softwares que acompanham os componentes da solução proposta, inclusive as atualizações de arquivos de assinaturas;	MUITO GRAVE	Valor do ITEM
Não manter um serviço de atendimento para abertura de chamados, nos termos previstos no Edital	GRAVE	Valor do ITEM
Não apresentar, após o atendimento do chamado, o cronograma contendo a descrição clara do problema eventualmente encontrado, nos termos previstos no Edital	LEVE	Valor do ITEM

- 15.2.2.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.2.2.4 Tendo a multa alcançado o limite de 20% do valor total contratado, a prestação se tornado inútil, ou antes que haja prejuízo à Administração na persistência da(s) conduta(s), a CONTRATANTE estará autorizada a:
- 15.2.2.4.1 Reclamar perdas e danos excedentes não compensados pela aplicação de multa correspondente;
 - 15.2.2.4.2 Avaliar a possibilidade de rescisão do contrato.
- 15.2.3 Os valores das multas consistem em créditos a serem recolhidos no prazo e forma legal, resguardados atos de cobrança e execução, administrativa e judicial, na forma sequencial e prioritária de: retenção e dedução dos pagamentos devidos pela Administração; pagamento mediante Guia de Recolhimento da União – GRU; e desconto do valor da garantia prestada.
- 15.2.3.1 É possível, *ad cautelam*, a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.
- 15.2.4 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE**, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.4.1 Entende-se aplicável a sanção supra, quando apurada conduta capaz de deixar pendente, total ou parcialmente, a prestação acordada, com prejuízo ao interesse público e perda de confiança na relação contratual.
- 15.2.5 **Impedimento de licitar e contratar com a União** com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.5.1 Entende-se aplicável a sanção supra, quando a gravidade da conduta mereça reprimenda mais severa por parte da CONTRATANTE do que a citada na cláusula 15.2.4; ou quando sua incidência estiver expressamente indicada na norma, respeitados o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.
- 15.2.6 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade;

- 15.2.6.1 A declaração de inidoneidade funda-se em situação ou fato delituoso e será aplicada nos casos em que a apuração de responsabilidade conclua ter havido dolo ou má-fé do CONTRATADO, em conduta lesiva, prejudicial à CONTRATANTE ou ilícita, que recomende o seu afastamento.
- 15.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 15.4 Também fica sujeita às penalidades das cláusulas 15.2.4, 15.2.5 ou 15.2.6, o CONTRATADO que:
- 15.4.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.4.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.4.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.7 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, ou cumulativamente, nos termos do art. 9º da Lei 10.520/02, e no §2º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:
- 15.7.1 Provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do art. 101 da Lei nº 8.666 e art.27 do Código de Processo Penal,
 - 15.7.2 Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do artigo 46 da Lei nº 8.443/92.
 - 15.7.3 Instaurar processo administrativo, em face da Lei nº 12.846/13.
 - 15.7.3.1 Quando houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº12.846/13, como ato lesivo à administração pública nacional ou

Processo: 48500.002019/2019-02 estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.7.3.2 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.7.3.3 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.8 As penalidades serão registradas no SICAF e, no caso de penalidades aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de contratar ou licitar com a Administração Pública, independentemente de seu fundamento legal, também serão registradas no Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA TÉCNICA

16.1 O CONTRATADO deverá prestar a garantia técnica referente aos ITENS do objeto seguindo as condições estabelecidas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

17.1 Após a conclusão da prestação do serviço, o Gestor do Contrato (quando cabível auxiliado pelos fiscais, na forma prevista no Termo de Referência do objeto), deverá elaborar relatório final acerca das ocorrências de sua execução.

17.2 Fundamentada no relatório final, a CONTRATANTE, por meio da Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC, emitirá um termo de encerramento do Contrato, dando ciência ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

17.3 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo os preceitos da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal será competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Contrato.

19.2 E para firmeza e prova das condições estipuladas no presente instrumento de Contrato, assinam as partes em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas.

Brasília - DF, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE:

Superintendente de Licitações e Controle de
Contratos e Convênios

RUBRICA:

CONTRATADO:

CONTRATADO

RUBRICA:

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

RUBRICA:

RUBRICA:

CPF:

CPF:

ANEXO V DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 - MODELO DO TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO

TERMO DE GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019

Contrato nº ____/2019

Item: XX

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone nº (____) _____, fac-símile nº _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, ASSEGURA à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a **GARANTIA TÉCNICA do OBJETO** contratado por XX (XXX) meses, a partir de ____/____/____, data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD pela CONTRATANTE, conforme as condições estabelecidas no Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 (Termo de Referência) e no Contrato nº XX/2019, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

O não cumprimento do disposto neste Termo de Garantia Técnica do Objeto sujeita o CONTRATADO às penalidades previstas no Contrato nº XX/2019.

(Local),de de 2019.

(Representante Legal)

(RG e CPF)

(Nome da Empresa)

(Endereço)

(endereço eletrônico, telefone, *fac-símile*)